



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

IBIPORÃ-PR

2022

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
3. IDENTIFICAÇÃO	12
3.1. Símbolos Oficiais	13
3.2. Horários de Funcionamentos.....	13
4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	14
4.1. Estrutura Organizacional	15
4.1.1. Caracterização de cada setor.....	16
4.2. Estrutura Pedagógica	18
4.2.1. Ofertas de Ensino	18
4.3. Forma de ingresso na Instituição de Ensino	19
4.4. Atividades Complementares.....	20
4.5. Espaços Físicos	36
4.5.1. Espaços Físicos e Atividades Pedagógicas.....	38
4.5.2. Caracterização de cada setor.....	38
4.5.3. Estrutura Pedagógica	39
4.6. Regimento Interno	43
5. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR	50
6. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	53
6.1. Currículo e Gestão na Instituição Escolar	55
6.2. O Trabalho como Princípio Educativo	56
6.3. O Papel da Escola e os Sujeitos da Educação.....	56
6.3.1. A Estrutura Disciplinar e a Integração Curricular	58
6.4. A Questão do Conhecimento no Âmbito da Inclusão	60

6.4.1. A Educação Inclusiva.....	62
6.5. Concepção de Ensino e aprendizagem	70
6.6. Concepção da Avaliação	71
7. PROPOSIÇÕES DE AÇÕES - METAS	73
7.1. Elevar o Desempenho Acadêmico dos Estudantes.....	73
7.2. Aprimorar a rede de Comunicação e de Informação a toda a Comunidade Escolar.....	74
7.3. Realizar uma Prática Educativa Fundamentada no Desenvolvimento de Valores Necessários à Formação Humana dos Sujeitos do processo Educativo	75
7.4. Organizar o Trabalho Pedagógico e Administrativo da Escola, de Forma a Estabelecerem Rotinas Claras para todos os Segmentos que compõem a Comunidade Escolar.....	77
7.5. Qualificar a Organização, Manutenção e Conservação do Patrimônio Escolar e Humano	79
7.6. Ampliar e Qualificar o acesso e o desempenho na utilização de Recursos Tecnológicos nas tarefas Organizativas Docentes e Discentes	80
7.7. Democratização da Escola	81
8. REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	84
ANEXO I – PLANO DE AÇÃO ELEMENTOS ESPECÍFICO	85
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE EMITIDA PELO CONSELHO ESCOLAR DA INSTITUIÇÃO	88
ANEXO III – CHECKLIST2 DO PPP	89
ANEXO IV – PARECER DE LEGALIDADE EMITIDO PELO C.M.E - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIPORÃ-PR.....	92
ANEXO V – ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DO REGIMENTO ESCOLAR EMITIDO PELA MANTENEDORA - CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 03/2022	93

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci, é um documento norteador, elaborado com o envolvimento dos professores, da comunidade escolar, e da equipe diretiva, que tem como base todas as ações pedagógicas dessa Instituição. A proposta está em acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Diante das projeções ligadas às incertezas da modernidade, cabe à escola ensinar crianças de tal forma que os conhecimentos apreendidos norteiem suas escolhas e que contribuam para as decisões perante os desafios da vida. Diante disso, o Projeto Político Pedagógico representa esse compromisso com a sociedade. Nesse sentido, a proposta educacional aqui apresentada, destaca a formação de um sujeito autônomo, criativo, ético, crítico e comprometido com a sociedade em permanente transformação. Destaca-se, ainda, que a proposta pedagógica deve ser vivenciada por todos os sujeitos, diariamente, retratando assim a função cultural, sociopolítica do Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci. A função, portanto, deste Projeto é traçar o horizonte da caminhada, por meio de um diálogo constante entre a teoria e a prática, promovendo uma educação voltada para a formação humanística que investe no desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais. Além disso, o Projeto Político Pedagógico como um todo deve ser compreendido numa perspectiva dinâmica, mediada pela constante reflexão de todos os sujeitos envolvidos e sintonizados com os avanços da Ciência da Educação e que, por isso, ousam inovar e modificar as relações pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico, do Complexo Educacional Prefeito Alberto Spiaci, localizado na Rua Ibrahim Prudente da Silva, nº899, Vila Esperança, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura do Município de Ibiporã, é o documento norteador dos processos pedagógicos e administrativos que contribui para o estabelecimento e cumprimento de metas, expectativas e objetivos propostos na efetivação da formação dos estudantes.

O PPP deve expressar a autonomia e identidade do estabelecimento do ensino, e é amparado pelas legislações vigentes, pelas necessidades históricas da escola pública e pelos direitos garantidos constitucionalmente a toda a população, ele constitui-se nos fundamentos legais, conceituais, filosóficos, ideológicos, metodológicos e operacionais das práticas pedagógicas tendo em vista a função primeira da escola pública que é o acesso ao conhecimento. Assim, o Projeto Político Pedagógico deverá ser discutido, aprovado e acompanhado em sua efetivação pelo Conselho Escolar, o PPP em seus encaminhamentos, fundamentos e princípios devem ser legitimados pelo Regimento Escolar, o qual, da mesma forma, deve ser construído e definido coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar. No que se refere ao processo de construção do PPP o referido destaca-se quanto à sua elaboração:

1. O Projeto Político Pedagógico, em consonância com o princípio da gestão democrática, deverá ser construído de forma coletiva, isto é com a participação de toda a comunidade escolar: professores, funcionários, alunos, pais ou responsáveis, diretor e professores pedagogos.

2. Cabe ao diretor da unidade escolar, juntamente com a equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar.

3. O Projeto Político Pedagógico deverá ser elaborado a partir do mapeamento de todas as condições concretas do estabelecimento de ensino e da comunidade escolar: diagnóstico da comunidade e do perfil sócio econômico.

Por este motivo, qual seja entender que o estabelecimento de ensino tem a prerrogativa de explicitar a sua base filosófica e metodológica, bem como pelo fato de se conceber que todo ato educativo é sim um ato político que expressa uma visão de mundo, de escola e de sociedade é que optou-se pelo termo Projeto Político Pedagógico. A utilização do termo político no projeto deve ser compreendida como

intencional, pois segundo Veiga “todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (VEIGA, 1995,p.13).

Dessa forma, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, tem como pressuposto diagnosticar as necessidades da prática pedagógica, identificando os elementos legais e conceituais que fundamentam esta prática. Deste diagnóstico e fundamentação, decorre, no âmbito das decisões coletivas, o plano de ação do estabelecimento de ensino. Neste sentido, o PPP Constitui-se no fundamento legal, conceitual, filosófico, ideológico, metodológico e operacional das práticas pedagógicas à luz da função precípua da escola pública como via de acesso ao conhecimento.

Ele expressa os princípios que fundamentam e organizam toda a prática pedagógica, por meio dos quais são subsidiadas as decisões, conduzidas as ações, definidos os programas desenvolvidos no estabelecimento de ensino, discutidos os impactos destes programas sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como feita a análise dos seus resultados.

Constrói-se a partir da identificação e do registro da memória histórica que permite ao estabelecimento de ensino planejar ações a curto, médio e longo prazo, de forma a subsidiar e avaliar a prática pedagógica. Equivale dizer, fundamentalmente, que a dinâmica do Projeto Político Pedagógico deve expressar uma lógica entre diagnosticar as fragilidades e necessidades, buscar proposições e fundamentá-las. Isto significa que todas as ações previstas no plano de ação devem ser o resultado do que foi levantado na prática pedagógica. Esta prática, por sua vez, pode ser analisada a partir dos próprios eixos da organização do trabalho pedagógico, quais sejam: gestão, currículo, planejamento, processo de ensino e aprendizagem e avaliação. Todos os demais elementos da prática pedagógica advêm destes eixos.

A fundamentação teórica apresentada aqui expressa o próprio diagnóstico da representação dos professores e dos profissionais da educação do Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci sobre a função da escola e o valor da formação por ela ofertada. Destaca-se, ainda, que este documento foi construído a partir dos eventos que contaram com a participação dos professores. Metodologicamente o processo de construção e reconstrução coletiva do Projeto

Político Pedagógico da escola, em seus referenciais, partiu dos fundamentos conceituais já previstos nos documentos precedentes, onde foi sua última atualização.

O processo de reavaliação e retomada do Projeto Político Pedagógico do Complexo Educacional Prefeito Alberto Spiaci, nesse momento procurou-se reformulá-lo e atualizado reajustando ao tempo, normas e dados específicos e científicos do ano vigente. O presente documento, portanto, sistematiza e fundamenta as discussões e propostas de toda a comunidade escolar e apresenta uma concepção de escola pública que toma a relação educação e trabalho para fundamentar o ensino-aprendizagem, o currículo, o conhecimento, a avaliação e a gestão.

Desta forma, o mesmo foi elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci - Educação Infantil e Ensino Fundamental nasceu da união da Escola Municipal Professora Galdina Ferreira Gonçalves Ensino Fundamental com o Centro Municipal de Educação Infantil Alberto Spiaci, no ano de 2012.

A Escola Municipal Professora Galdina Ferreira Gonçalves - Ensino Fundamental foi criada em 1977, e recebeu este nome para homenagear a Professora Galdina Ferreira Gonçalves, natural de Itacambira, Minas Gerais. Nascida no dia doze de dezembro do ano de 1933, foi admitida no quadro de magistério municipal em quinze de fevereiro de 1968.

A escola funcionou de 1982 a 1992 de acordo com a resolução nº 5333/82 com a descrição de Escola Rural Professora Galdina Ferreira Gonçalves. Em 1993 passou a se chamar Escola Municipal Professora Galdina Ferreira Gonçalves - Ensino de 1º Grau, que funcionava em um imóvel de madeira contendo 3 salas de aula, 1 cozinha e sanitários sito na rua Ibraim Prudente da Silva 899, Vila Esperança, município de Ibiporã. No mesmo ano ocorreu a mudança de domicílio (Diário Oficial 201, 21/10/1993 - termo de cessão de provisória de uso) e a escola ficou instalada junto ao Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente, mantida pela Prefeitura Municipal de Ibiporã.

No ano de 1994 sucede a autorização definitiva de uso (resolução 186/94). No ano de 1995 a escola foi gerenciada pela professora Dirce Maria Mariano, nesta

também funcionou 3 turmas de 5ª série (resolução 1345/96 - Cessão de 5º a 8ª série) sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação.

De janeiro de 1996 a junho de 1997 a professora Volga Tomé Figueiredo respondeu pela direção da escola. Na sua gestão foi revogada a autorização de funcionamento de 5ª a 8ª série.

Logo após esse período, assumiu a função de diretora a professora Ivone Garcia Carvalho, que gerenciou de julho a dezembro de 1997. Sucessivamente assume a Professora Clélia Maria Mantovani de Oliveira, que é reeleita em dezembro de 1999 com mandato previsto até dezembro de 2002.

Em janeiro de 2003 assumiu a direção a professora Mary Leal Ferreira, sendo reeleita com mandato até dezembro de 2008.

Em janeiro de 2009 assumiu a professora eleita Clélia Maria Mantovani de Oliveira, com mandato até dezembro de 2011.

A Escola Municipal Professora Galdina Ferreira Gonçalves - Ensino Fundamental teve até o ano de 2008 a Proposta Pedagógica baseada no Sócio-construtivismo. Tendo em vista a mudança administrativa, e a conseqüente aprovação através do parecer 02/09 do Conselho Municipal de Educação, que aprovou os Projetos Político Pedagógicos da Secretaria da Educação, estes norteados pela Pedagogia Histórico Crítica, sendo assim, a escola atende às propostas da Secretaria de Educação, visando a melhoria do ensino em nosso estabelecimento.

Já o Centro Municipal de Educação Infantil Alberto Spiaci, surgiu como Creche, tendo seu início de funcionamento no dia 7 de Março de 1994, atendendo a 131 (cento e trinta e uma) crianças. Foi sempre mantida pela Prefeitura Municipal de Ibiporã, com seis funcionários. O número se ampliou de acordo com suas necessidades, sendo dirigido na época por Coordenadores sob a supervisão da APMI. Seu funcionamento fazia parte do subprograma de Educação Infantil do CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Alberto Spiaci, localizado na Vila Esperança, à Rua Ibraim Prudente da Silva, 899, em Ibiporã, Estado do Paraná.

A partir de 25 de Fevereiro de 1999, conforme resolução 4160/99, a Creche passou a funcionar legalmente com a denominação de Centro Municipal de Educação Infantil "Alberto Spiaci", recebendo este nome para homenagear o Sr. Alberto Spiaci, o primeiro Prefeito eleito de Ibiporã, cuja gestão ocorreu nos anos de 1947/1950. O centro em questão, em sua história, teve por coordenadoras:

- Marta Fonseca do Nascimento - 1993- Prefeito: Dorival Martins de Souza Junior Gestão: 1993 a 1996.
- Fabiane Proença e Lourdes Marcelino- ano 1994 Prefeito: Dorival Martins de Souza Junior Gestão 1993 a 1996
- Rosangela Ernandes E. Braga da Silva - ano 1996-1997 - Prefeito: Antonio Nadir Bigati. Gestão: 1997 a 2000.
- Angélica Elisa Bressan - ano 1998- Prefeito: Antonio Nadir Bigati. Gestão: 1997 a 2000.
- Ieda Baccarin - ano 1998 Prefeito: Antonio Nadir Bigati. Gestão: 1997 a 2000.
- Sandra Rejane Maciel Ponciano - ano 1999- Prefeito: Antonio Nadir Bigati, Gestão: 1997 a 2000.
- Vilma Aparecida G. de Oliveira Moreno- ano 2000 a 2004. Prefeito Reinaldo G. Ribeirete. Gestão: 2001 a 2004.
- Matilde Santos da Silva - ano 2004 Prefeito: Reinaldo G. Ribeirete. Gestão: 2001 a 2004
- Lucinéia de Carvalho Cardoso ano 2005- Prefeito Alberto Baccarim. Gestão: 2005 a 2008

A senhora Lucinéia de Carvalho Cardoso, no período mencionado, também gerenciou o Centro como primeira diretora eleita. Sua gestão findou-se no ano de 2008, quando assumiu a direção a senhora Paula Cristina Ferreira de Oliveira Dias que ficou na direção até Julho de 2009, assumindo em seu lugar a senhora Eliete Teixeira Gamba, cuja gestão terminou em 2011.

No decorrer desses anos, a região na qual se encontra a instituição passou por muitas transformações. O número de bairros aumentou significativamente, fazendo com que a demanda acompanhasse esses índices. Também neste espaço de tempo, o Centro Municipal de Educação Infantil Alberto Spiaci foi ganhando mais autonomia, adquirindo sua própria identidade.

Até o ano de 2008, o Centro de Educação tinha por parâmetro pedagógico as ideias da Escola Nova Sua concepção era a de que o cerne do processo educativo encontrava-se no aluno que, de acordo com sua fase de crescimento, construiria seu próprio conhecimento. A falta de diretividade da relação ensino-aprendizagem foi uma das conseqüências da adoção referida. Os alunos concluintes da Educação Infantil acabavam não preparados para o Ensino Fundamental. Buscando solução para o problema, o CME aprovou novos Projetos Políticos Pedagógicos para nortear a

educação municipal e conseqüentemente a opção foi a adoção da pedagogia histórico-crítica.

A intenção do centro era, através da ideia de Dermerval Saviani, desenvolver uma escola preocupada com o conteúdo, dando ao professor responsabilidades concernentes ao fato de ser ele o detentor do conhecimento. Seu papel seria o de formador de indivíduos instrumentalizados com conteúdos reflexivos sobre eles.

No ano de 2011 o CME resolve alterar através da Resolução 020/2011 na data de 01/01/2012 a nomenclatura da Escola Municipal Professora Galdina Ferreira Gonçalves – Ensino Fundamental, passando a denominar-se Escola Municipal Prefeito Alberto Spiaci – Educação Infantil e Ensino Fundamental, onde o CMEI Alberto Spiaci foi cessado na data de 31 de dezembro de 2011, e sua documentação passou para a guarda e responsabilidade da Escola Municipal Prefeito Alberto Spiaci – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Assumi como diretora da Escola Municipal Prefeito Alberto Spiaci- Educação Infantil e Ensino Fundamental a senhora Leonir Aparecida Pedro ao qual teve sua gestão no período de 2012 a 2017.

No ano de 2014 o CME por meio do decreto 498/2011 na data de 03 de outubro de 2014 resolve alterar o nome da Escola Municipal Prefeito Alberto Spiaci – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Neste período a senhora Leonir Aparecida Pedro continuou como diretora até o ano de 2017 e após no ano de 2018 assume a direção do Complexo a senhora Patricia Ednéia Perez Bueno permanecendo como gestora até 2020.

Neste período a educação precisou se adaptar à pandemia da Covid-19 onde os alunos passam a desenvolver as suas atividades em modelo remoto e não presencial.

No ano de 2021 assumiu a direção do Complexo Educacional a senhora Patricia Alves Maciel Santos, onde ainda em ano de Pandemia a educação passou por desafios em que alunos ainda continuavam suas atividades no modelo remoto. Os professores retornaram à escola de forma presencial, intercalando dias de trabalho em home Office até o mês de maio do ano mencionado. Com a vacinação em professores e funcionários retornam ao trabalho de modo presencial, porém os alunos começaram a retornar à escola seguindo protocolos de segurança da covid 19 e com assinatura de

autorização de pais e responsáveis no final do mês de maio de forma presencial em horário reduzido de duas horas, uma vez na semana. A maioria dos pais e responsáveis ainda com receio da Covid-19 optaram por continuar os estudos de seus filhos de forma remota, onde o professor elaborava apostilas com resumos de conteúdos e atividades e os responsáveis vinham a escola buscá-las a cada quinze dias. As avaliações bimestrais seguiram nesse mesmo formato onde o aluno realizava de forma remota e o responsável cumpria o prazo de trazer a escola. Com a aceleração da vacinação da covid-19 no mês de agosto desse ano os pais começam a autorizar o retorno presencial dos filhos, tendo a escola o formato de ensino híbrido (presencial e remoto) até o final do ano letivo em dezembro de 2021.

Em 2022 continua como diretora a senhora Patricia Alves Maciel Santos, onde toda a rede de ensino municipal retorna às aulas com ensino presencial e com grandes desafios.

Salientamos que este projeto não será um documento formal a ser arquivado, mas sim um conjunto de ações didáticas e de reflexão sobre a prática a ser realizada. Sendo assim, o mesmo será reelaborado conforme sua necessidade, pois, sua intenção está na busca constante de resgatar e formar a criança como cidadão autônomo, crítico, capaz de transformar, criar e modificar suas condições de existência a partir de suas expectativas, buscando um norte que possibilite a efetivação da intencionalidade do espaço educacional.

3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA

Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci

Endereço: Rua Ibrahim Prudente da Silva, 899 – Vila Esperança – Ibiporã-Pr.

Fone: 43-3178-0255/ 43- 3178-0265/ 43-3178-0280

CEP: 86.200-000

Email: escola.albertospiaci@ibipora.pr.gov.br

Mantenedora: Prefeitura Municipal de Ibiporã

CÓDIGO INEP: 41029291

CÓDIGO DA INSTITUIÇÃO NO SERE: 41029291

Código da turma	Turma
4035	Ensino Fundamental I
2100	Educação Infantil(Creche)
2003	Educação Infantil(Pré-escola)
6415	Sala de Recursos

CURSOS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS

CURSO	MODALIDADE
4035	EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)
2100	Ed. Infantil(Creche)
2003	Ed. Infantil(Pré-escola)
6415	Sala de Recursos

3.1 SÍMBOLOS OFICIAIS



A logo do Complexo Educacional Prefeito Alberto Spiaci foi criada no ano de 2012 pelo Júlio Dutra.

3.2 HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

O Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci atende os alunos do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano em período parcial (matutino e vespertino) e no período Integral para os alunos da Educação Infantil (creche e pré-escola).

Modalidade de Ensino	Horário de Entrada	Horário de Saída
Ensino fund. Matutino *Antecedência/tolerância	07h30 *07h15	11h30 *11h45
Ensino Fund. Vespertino *Antecedência/tolerância	13h00 *12h45	17h00 *17h15
Educação Infantil *Horário Especial	7h30 *7h00 às 7h15	17h00 *17h00 às 18h00

4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Complexo Municipal Prefeito Alberto Spiaci ocupa uma área de 8.755 metros quadrados e possui um prédio que é usado para o Ensino Fundamental e outro pavilhão para a Educação Infantil contando com os seguintes espaços:

ENSINO FUNDAMENTAL:

- Coordenação: 04 salas (direção, coordenação, secretaria e sala dos professores).
- Cozinha e refeitório
- Sala de arquivo
- Depósito de mantimentos
- 02 banheiros (feminino e masculino) – professores
- Sala de Informática
- 2 Salas de Hora Atividade dos professores(ao qual uma é ocupada pelo Colégio Estadual)
- 1 Sala da direção (ocupada pelo Colégio Estadual)
- 07 salas de aula ocupadas pelos alunos do Ensino fundamental 1
- 07 salas de aula onde é ocupada pelos alunos do Colégio Estadual
- Banheiro Infantil Feminino (03 sanitários)
- Banheiro Infantil Masculino (02 sanitários e 2 mictórios)
- Pátio interno
- Quadra Coberta
- 01 portão de acesso
- Depósito de materiais de Educação Física
- Parque aberto
- Auditório

EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Coordenação: 03 salas (direção, coordenação e sala dos professores).
- Cozinha e refeitório

- Lactário
- Depósito de mantimentos
- Sala de vestiário
- 02 banheiros (feminino e masculino) – professores
- Biblioteca
- 9 salas de aula
- 1 sala com a lousa digital para atividades extras
- 1 sala do soninho
- 1 brinquedoteca
- Banheiro Infantil Feminino (03 sanitários)
- Banheiro Infantil Masculino (02 sanitários)
- Pátio interno
- 01 portão de acesso
- Sala atendimento odontológico
- Parque aberto

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA



Com a apresentação em círculo, e contidos na esfera maior, que é a escola e que é necessário existir uma conexão entre todos os segmentos que constituem a instituição escolar, pois “não se tem uma escola somente com a direção, mas sim com todos os atores buscando seus objetivos e buscando a função da escola, que é a aprendizagem dos alunos” (LIBÂNEO, 2012, p. 423).

Frente a este diagrama, determina que cada membro formador possui sua função, seu papel, o quais serão apresentados neste momento.

4.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DE CADA SETOR

De acordo com o Regimento da escola, definem-se os setores do organograma da seguinte maneira:

CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem lucrativo, e seus dirigentes e/ou conselheiros não são remunerados. Seu objetivo é o de avaliar e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico do Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci no que se refere a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a Comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as orientações e política educacional traçadas pela Secretaria Municipal de Educação.

DIREÇÃO

A Equipe de Direção é o órgão que preside o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do Estabelecimento de Ensino, definidos no Projeto Político Pedagógico.

A diretoria tem como órgão máximo a Equipe de Direção, composta pela Direção e pela Secretaria . A Direção da escola será exercida pela Diretora, que presidirá o funcionamento dos serviços escolares, o trabalho dos professores, as atividades dos alunos, as relações com a comunidade escolar e com a vida exterior, velando para que, regularmente, se cumpra, no âmbito de sua ação, a ordem educacional vigente.

A.P.M

A Associação de Pais e Mestres (APM) é uma das formas de participação da comunidade na administração escolar, ou seja, uma ferramenta de gestão democrática, que foi criada para colaborar com a direção da escola, a APM (associação de pais e mestres) deve ajudar a escola a atingir os objetivos educacionais pretendidos, além de representar e dar luz às demandas da comunidade, pais ou responsáveis de alunos na escola.

A APM ainda é fundamental para fortalecer o entrosamento entre pais, responsáveis e professores e pode ainda colaborar para a programação de atividades culturais, de lazer e saúde envolvendo toda a comunidade.

EQUIPE TÉCNICA ADMINISTRATIVA

A equipe técnica administrativa é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência do Estabelecimento de Ensino, com referência aos interesses e documentação dos alunos, bem como é o setor responsável pela conferência, organização, guarda e conservação dos documentos escolares.

EQUIPE PEDAGÓGICA

A equipe pedagógica é composta pela coordenadora, suas funções são de articulação, de formação e de transformação, agindo como mediador entre o currículo e os professores, bem como entre pais de alunos e corpo docente.

EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL

A equipe operacional, tem sua função em zelar pelo ambiente e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor, é composta pela cozinheira, auxiliar de cozinha, zeladoras, inspetora de pátio, e atendente de pátio.

EQUIPE DOCENTE

A equipe docente é composta pelos professores, que exercem diversas funções no processo educativo. O professor desempenha uma série de tarefas no meio escolar de extrema importância, esse profissional deve ter diversos tipos de atividades em desenvolvimento para atingir um índice cada vez maior de aprendizado.

Dentre os muitos papéis executado pelo professor, os principais são:

- Despertar nos alunos o interesse e vontade de buscar seus objetivos com seus próprios esforços, o professor deve ser um mero orientador do processo;
- Elaborar atividades que valorizam o potencial de cada aluno e que sejam planejadas e ofereça desafios aos alunos;
- Sempre que possível dialogar com os pais e propor algumas recomendações acerca de como agir com os filhos em casa para que esse tenha um rendimento escolar satisfatório;
- Na medida do possível, realizar uma correção menos punitiva e que valorize aquilo que é feito pelos alunos.

É bom ressaltar que não há uma forma padrão para o exercício da profissão, os que foram citados são basicamente procedimentos escolares que podem ser usados em diversas partes do território brasileiro e que geram resultados em distintos níveis.

ALUNOS

Este Complexo Educacional acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais. Todo estudante tem direito a:

- Educação pública gratuita e de qualidade:
- Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.
- Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;
- Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;
- Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente.

4.2 – ESTRUTURA PEDAGÓGICA

4.2.1 - OFERTAS DE ENSINO

Este Estabelecimento de Ensino funciona em Período Integro na modalidade da Educação Infantil (Creche e Pré-escola), e em Período Parcial na modalidade do

Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), proporcionando aos alunos materiais do currículo Básico Nacional e BNCC, com matérias específicas diariamente, com professores regentes bem como Inglês, arte e educação física ministradas por profissionais formados na área atuante seguindo os seguintes horários:

Turmas matutino	Entrada	Recreio	Saída
1ºA, 2ºA, 3ºA, e Sala de Recursos	07h30	08h45 às 9h05	11h30
4ºA, 5ºA e 5ºB	07h30	09h10 às 09h30	11h30
Turmas Vespertino	Entrada	Recreio	Saída
1ºB, 2ºB, 3ºB, e Sala de Recursos	13h00	14h20 às 14h40	17h00
4ºB, 4ºC e 5ºC	13h00	14h45 às 15h05	17h00

4.3 - FORMAS DE INGRESSO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à dignidade da pessoa humana, bem maior do homem, sendo que por isso o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Conforme art. 208 da CF, o direito à educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reproduzindo a CF apresenta o direito ao ensino básico, em seu art. 54 como direito público, já a LDB ou lei 9394/1996 estabelece em seu art. 32, a duração do ensino fundamental de 9 anos, começando ao sexto ano de vida, prevê ainda as metas que o ensino básico deverá proporcionar ao cidadão.

A garantia do ensino fundamental obrigatório é o mínimo em termos de educação, uma vez que este integra o núcleo do princípio da dignidade da pessoa humana, formado pelas condições materiais básicas para a existência.

A matrícula em qualquer ano deverá ser feita através da Secretaria Municipal de Educação que dispõe de lista da documentação necessária e que através do georreferenciamento, encaminha o aluno a escola mais próxima da sua casa ou onde houver vaga disponível. Segue-se a Instrução Normativa nº12/2021 (ou normativa vigente na data) que dispõe sobre os procedimentos de matrícula, limites de alunos por turma, idades de ingresso, documentações e períodos de matrícula no Sistema Municipal de Ensino.

4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PROJETO DE CULTURA DA PAZ NAS ESCOLAS

JUSTIFICATIVA

Diante de tantas barbáries e tragédias ocorridas nas escolas por comportamentos agressivos de alunos, sendo que estes trazem uma revolta muito grande por parte de todos os segmentos da sociedade, pensamos em desenvolver ações no combate a essa prática em nosso município para garantir aos estudantes a segurança necessária, bem como o conhecimento para que partindo destes possam refletir sobre seus atos, adotando comportamentos mais éticos e justos com as diferenças interpessoais. O cuidado da escola contra a violência exige não só atividades regulares como também profissionais. A forma de pensar dos alunos e da escola precisa ser respeitada, e as crianças precisam se sentir confortáveis para expressarem seus medos em relação aos outros alunos de modo a garantir que este projeto seja realmente eficaz. Assim sendo, serão discutidas várias medidas sócio educativas voltadas ao tema num efetivo trabalho de maneira interdisciplinar e contextualizada em consonância a Lei 13.663/2018.

OBJETIVO:

- Mobilizar a comunidade interna e externa para ações de combate a violência e cultivo da Paz no âmbito educacional;
- Incentivar e buscar mudanças de atitudes e hábitos na disseminação da violência;
- Utilizar a linguagem oral e escrita explorando a pesquisa do tema;
- Explorar a curiosidade exercitar a imaginação e criatividade nos estudos

relacionados;

- Compreender as mensagens negativa que agridem ao próximo;
- Adotar conduta e atitudes que façam a diferença em seu convívio social;
- Produzir textos coletivos e individuais relacionados ao tema.

CONTEÚDOS:

- Prevenção e Combate a Violência Escolar.
- Estudo da Lei 16.663/2018;
- Pesquisar sobre o assunto;
- Palestras sobre o tema em todas as Unidades Escolares e também no CMEI.

METODOLOGIA / PROCEDIMENTOS / CRONOGRAMA

- Apresentar o conteúdo proposto através de slides com músicas e vídeos educativos nas Unidades Escolares.
- Realização de teatros com a participação dos professores interagindo com os alunos.
- Realizar debates sobre a violência, que impacto causa, deixar que façam intervenções e colocações quando se fizer necessário;
- Mostrar estratégias para intuito de reverter possíveis situações de Violência Escolar;
- Montar caixa de sugestões, depoimentos anônimos;
- Trabalhar com a linguagem oral e escrita;
- Montar com os alunos painéis de otimismo, com frases realizadas com a participação da família/responsável, com exposição nomural da escola;
 - Construção de regras (combinados) para o combate e disseminação da violência na escola;
- Apresentação com fantoches de diversas histórias enfatizando a cultura da paz;

- Interdisciplinaridade do tema através das diversas disciplinas;
- Concursos de desenhos, frases e textos com premiações como forma de incentivo ao tema.

RECURSOS A SEREM UTILIZADOS (TECNOLÓGICOS OU NÃO)

- Lousa digital
- Celular
- Computador
- Internet
- Vídeo
- Giz e lousa
- Livro Didático
- Confeções de Murais/Cartazes
- Desenhos/Pinturas

REGISTROS DO PROCESSO

Os registros serão em conformidade com o desenvolvimento da temática e de acordo com o cronograma do professor e pré- estabelecido sendo organizada pela Instituição Escolar.

AValiação E RESULTADOS ESPERADOS

A avaliação será através de observações na conduta dos educandos, comportamento, atitudes do grupo em geral, no decorrer e após o término do projeto. Contamos que o projeto atinja não só a comunidade interna como externa e sociedade em geral, com resultados positivos.

DIVULGAÇÃO / SOCIALIZAÇÃO DO PROJETO REALIZADO

Será realizado durante o ano letivo com ações previamente planejadas e ao término deste poderá ser realizado apresentações aos pais dos trabalhos realizados durante o período.

CRONOGRAMA

De fevereiro a dezembro trabalhamos por bimestres em todas as Unidades

Escolares e abordamos os seguintes assuntos:

- O que é Bullying?
- O que os alunos acham disto?
- Como eles acham que podem intervir para coibir?
- Que ações ou medidas devemos tomar?
- Você já sofreu violência/bullying ou viu alguém sofrer?
- E o cyberbullying? E como é lidar com isto na internet? Dá para mudar?
- Casos de violência nas escolas do Paraná!
- Como você acha que a violência influencia nas tragédias?
- Como isto poderia ser evitado? Você conhece outros casos de situações que causam violência?

EQUIPE ENVOLVIDA NO PROJETO

Equipe da SME, diretores, coordenadores, professores, alunos e responsáveis, comunidade em geral.

CONCLUSÃO:

No final do ano letivo ou de acordo com a organização da escola, poderá ser realizada uma apresentação para os pais e comunidade com todas as ações que foram desenvolvidas, bem como dos demais trabalhos, realizando registros para que esta iniciativa possa ter continuidade, evitando possíveis transtornos e também uma mesa de conversa, na qual serão levantados os pontos positivos e os que podem melhorar.

PROJETO – LIXO NO LIXO, NOSSA ESCOLA É UM CAPRICHOS.

PÚBLICO-ALVO

Alunos, professores e demais funcionários do Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci.

JUSTIFICATIVA

O projeto: Meio ambiente (lixo no lixo em nossa escola é um capricho), tem por princípio básico conscientizar os alunos e a comunidade escolar sobre a necessidade

de se construir uma prática social baseada na preservação do ambiente, isto é, buscando nos conscientizarmos de que para estarmos no mundo é necessário que cuidemos dele, não poluindo e criando formas de efetivar ações e atitudes de respeito e preservação ao meio ambiente. Nesse sentido, o tema visa sensibilizar a comunidade escolar para a prática de atitudes concretas em relação ao meio ambiente escolar a fim de perceber que as ações mais próximas podem contribuir para preservação do planeta.

OBJETIVOS

- Formar, criar consciência ecológica com a comunidade escolar.
- Discutir e criar formas alternativas de ação, de como cuidar melhor do meio ambiente.
- Divulgar os trabalhos realizados durante o projeto meio ambiente.
- Zelar pelo ambiente escolar;
- Promover ações concretas de atitudes positivas em relação ao meio ambiente;

DESENVOLVIMENTO

- Pesquisas bibliográficas sobre o assunto; (Questão ambiental).
- Pesquisa fotográfica.
- Palestras com pessoas envolvidas com a questão ambiental.
- Vídeos (assistir e produzir filmes, documentários sobre o assunto).
- Confeção de cartazes, murais.
- Montagem de maquetes;
- Elaboração de princípios de preservação e cuidados com o meio ambiente.
- Trabalhar textos, histórias, músicas com a temática ambiental.

OBSERVAÇÃO:

Todos os dias, se produz, na escola, grande quantidade de lixo: o que resta no final dos recreios, nas salas de aula e nos vários ambientes onde alunos, professores e outros profissionais desenvolvem suas atividades. Pensando nesta questão e na

necessidade de se refletir sobre pontos importantes como desperdício, consumo desenfreado, reaproveitamento, reciclagem, enfim como surge e que destino dar a este lixo, idealizou-se tal projeto. Pretendemos fazer com que os alunos, baseados nesta reflexão, possam partir para a ação: separando o lixo da escola, buscando a melhor forma de descartá-lo e disseminando estes conhecimentos para a comunidade.

ATIVIDADES:

Fazer uma análise do lixo que é encontrado no ambiente escolar, realizar a coleta aos arredores das Unidades Escolares quando for necessário. Discutir as questões, através de vídeos, relatos, entrevistas, histórias. Promover oficinas de reciclagem, não só para os alunos, mas abertas a comunidade, utilizando o material que separarmos que poderão se tornar brinquedos, enfeites, instrumentos, potes, vasos e o que mais a imaginação permitir.

DESEJOS:

Pretendemos mudar a visão sobre os resíduos que são produzidos por nós, além de repensar hábitos de descarte incorretos. No final, talvez tenhamos uma escola mais limpa, com uma coleta seletiva regular e com alunos e profissionais mais comprometidos como o meio ambiente.

PESSOAS:

Será, portanto, um projeto da escola, interdisciplinar, e não apenas de uma área ou atividade. Pretendemos, assim, tentar fazer com que os alunos levem o que estão desenvolvendo na escola para as suas casas e, quem sabe, venham a influenciar na separação do lixo da sua casa, da sua rua e do seu bairro. Todos estarão envolvidos, desde os alunos, professores, funcionários, direção, os pais, a comunidade e, se possível, instituições que possam nos ajudar.

AVALIAÇÃO

Deverá ser feita de acordo com os resultados obtidos, levando em consideração a receptividade da comunidade escolar, o entendimento dos envolvidos bem como, a mudança de atitudes em relação ao meio ambiente e o ambiente escolar.

PROJETO PEDAGÓGICO DE SAÚDE BUCAL

PROJETO: SAÚDE BUCAL CUIDADO COM OS DENTES É FUNDAMENTAL.

PÚBLICO ALVO: Todos os educandos do Ensino Fundamental e Educação Infantil

TEMPO PREVISTO: O projeto é trabalhado durante todo o ano letivo.

ENVOLVIDOS: Professores, alunos, coordenadores pedagógicos, diretores e dentista.

INTRODUÇÃO:

- Distribuição de escovas e cremes dentais;
- Escovação diária após merenda escolar;
- Escovação supervisionada e aplicação tópica de flúor semestralmente;
- Agendamento dos alunos para atendimento dentário, apenas os casos mais graves;

JUSTIFICATIVA:

Não se pode separar higiene bucal de saúde, é um dos cuidados básicos não apenas com a aparência, mas com uma das partes mais importantes do corpo humano, por onde consumimos alimentos e líquidos que nos mantêm vivos.

Cuidar de nossa boca, nossos dentes não apenas deixar o sorriso mais bonito e faz bem para a autoestima, mas também previne muitos males como cáries, tártaro, mau hálito, e até certo ponto alguns males do estômago. Nesse sentido, é importante que a escola trabalhe estes temas com os alunos, de forma a atuar preventivamente (os ensinando a evitar transtornos futuros). Muitas crianças possuem cáries, feridas na boca, mau hálito e perda de dente precoce, sendo a maioria das crianças de baixa renda.

OBJETIVOS:

- Desenvolver hábitos de higiene bucal corretos e regulares, através da conscientização de sua importância, e oferecendo exemplos de práticas como escovar os dentes, a língua, como usar o fio dental e etc.;
- Cuidar da saúde dos alunos e ensiná-los a cuidar de si mesmos;
- Desenvolver raciocínio lógico e coordenação motora;
- Ensinar respeito e disciplina para com o próprio corpo.

- Diminuir a incidência da cárie dentária;
- Formar multiplicadores,
- Promover melhoria na condição bucal dos alunos e famílias envolvidas,
- Conhecer mais sobre nossa boca, nossos dentes, suas funções e etc.;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Orientar as crianças sobre os cuidados com a higiene bucal e usa-las como transmissores de novas experiências;
- Ampliar conhecimento e favorecendo a análises críticas e a compreensão dos fatores protetores e dos fatores protetores e dos determinantes do processo de saúde-doença bucal para os cuidadores;
- Familiarizar as crianças com o profissional de odontologia visando reduzir sentimentos de ansiedade e medo em relação ao tratamento.

METODOLOGIA:

É organizado rodas de conversa com os alunos, feito a demonstração da maneira correta de fazer a escovação, é explicado a importância dos cuidados com a boca, a dentista utiliza de várias técnicas para ensinar como se deve fazer a escovação, mostrou dentes cariados para que as crianças tenham noção de como ficaria os dentes caso não seja feita uma higiene adequada.

ESTRÁTEGIAS:

1. Materiais Didáticos
2. Jogos Lúdicos
3. Filmes educativos;
4. Músicas infantis;
5. Teatros;
6. Palestras de caráter informal;
7. Escovação supervisionada;

RECURSOS:

Escova, creme dental, moldes de gesso em tamanho grande, escova grande e folders.

RESULTADOS ESPERADOS:

Observar melhora na higiene oral dos que participaram das ações na escola, aumento no número daqueles que apresentaram gengiva saudável ou inflamação leve no segundo exame nos grupos da escola. Promover um aumento na frequência de escovação no grupo escola.

AVALIAÇÃO:

A avaliação é realizada de forma contínua, conscientizando os alunos da importância de manter uma saúde bucal adequada. Tais como ações para uma melhoria na qualidade de vida das crianças.

PROJETO RECREIO INTERATIVO – DURAÇÃO: Anual

ABRANGÊNCIA DISCIPLINAR: Todas as disciplinas do Ensino Fundamental

PÚBLICO ALVO: Alunos do Ensino Fundamental

Nos poucos minutos de pausa entre as aulas, os professores têm a oportunidade de tomar um café e os alunos de se alimentar e deixar transbordar toda a energia acumulada durante as horas sentadas em sala. É para isso que serve o recreio, certo? Não só. O intervalo na rotina também é uma ocasião pedagógica. A escola é um ambiente educacional e todos os momentos devem ser aproveitados como situações de ensino. Quando bate o sinal, os estudantes têm alguns minutos reservados para a alimentação e, depois, ganham autonomia para escolher de qual atividade querem participar no pátio ou na quadra, onde funcionários e professores os aguardam.

OBJETIVO GERAL:

Propiciar aos alunos do Ensino Fundamental na hora do Intervalo atividades psicomotoras e afetivo-sociais, através da ludicidade e jogos monitorados, minimizando assim brincadeiras indesejadas que muitas vezes causam brigas e acidentes. Promover a interação entre os alunos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver valores humanos, tais como respeito, solidariedade, amizade, compartilhar e brincar com o outro.
- Oportunizar através da prática de atividades físicas um momento calmo e

prazeroso durante o intervalo das aulas, evitando assim brigas, correrias e possíveis acidentes.

- Trabalhar habilidades esportivas, artísticas culturais, desenvolvendo assim a psicomotricidade da criança.
- Resgatar a historicidade cultural através de brincadeiras e cantigas de roda.

JUSTIFICATIVA:

Partindo da ideia de que é na escola que se forma cidadãos com valores positivos que influencia nas relações interpessoais na sociedade, observamos a necessidade de minimizar as brincadeiras desorganizadas das crianças na hora do intervalo que às vezes causam brigas e acidentes, precisa-se de um grupo de servidores que coordene e acompanhe tais brincadeiras. E tais atividades são coordenadas pelos próprios professores em dupla, em forma de cronograma, elaborados pelos diretores e coordenadores de cada Unidade Escolar.

METODOLOGIA:

Será feito um cronograma de horários do recreio de cada turma , que será disponibilizado com antecedência para que os funcionários e monitores de pátio possam organizar e coordenar as brincadeiras através de jogos pedagógicos, brincadeiras de roda, pula corda e minitorneios esportivos, procurando evitar brigas e acidentes, durante os 15 OU 20 minutos do intervalo dos recreios de todas as turmas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

O comportamento agressivo entre estudantes é um problema universal, tradicionalmente admitido como natural e frequentemente ignorado ou não valorizado pelos adultos. Estudos realizados nas duas últimas décadas demonstraram que a sua prática pode ter consequências negativas imediatas e tardias para todas as crianças e adolescentes direta ou indiretamente envolvidos.

A violência é um problema de saúde pública importante e crescente no mundo com sérias consequências individuais e sociais, particularmente para os jovens, que aparecem nas estatísticas como os que mais morrem e os que mais matam. Quando abordamos a violência contra crianças e adolescentes e a vinculamos aos ambientes onde ela ocorre, a escola surge como um espaço ainda pouco explorado, principalmente com relação ao comportamento agressivo existente entre os próprios estudantes.

O termo “violência escolar” diz respeito a todos os comportamentos agressivos e anti-sociais, incluindo os conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, etc. Muitas dessas situações dependem de fatores externos, cujas intervenções podem estar além da competência e capacidade das entidades de ensino e de seus funcionários. Porém, para um grande número delas a solução possível pode ser obtida no próprio ambiente escolar.

A agressividade nas escolas é um problema universal. O bullying e a vitimização representam diferentes tipos de envolvimento em situações de violência durante a infância e adolescência. O bullying diz respeito a uma forma de afirmação de poder interpessoal através da agressão. A vitimização ocorre quando uma pessoa é feita de receptor do comportamento agressivo de outra mais poderosa.

ROTEIRO DE ALGUMAS BRINCADEIRAS E ATIVIDADES QUE PODERÃO SER UTILIZADAS NO HORÁRIO DO INTERVALO.

BOCA DO FORNO

Primeiro uma pessoa é eleita como "o senhor", esta pessoa irá dar as ordens na brincadeira, os demais participantes terão apenas que cumprir suas ordens. A ordem consiste em achar um determinado objeto, caso a criança não consiga encontrar e trazer o objeto pedido ela é obrigada a pagar uma prenda que pode ser cantar ou dançar uma música, imitar um bicho ou qualquer outra coisa. Senhor: Boca de Forno Crianças: - Forno! Senhor: - Faz o que eu mandar? Crianças: - Faço Senhor: - Se não fizer? Crianças: - Toma bolo.

Então o Senhor manda que as crianças peguem um objeto.

BANDEIRINHA

Formam dois grupos ou dois times, com o mesmo número de crianças. Podem ser do mesmo sexo ou não. Uma linha é traçada dividindo os dois campos. É fixada uma bandeirinha (que pode ser também um pedaço de pau) em cada campo. As duas bandeirinhas ficam na mesma distância da linha central. Depois disso, começa o jogo quando os membros dos grupos tentam entrar no campo do outro, tentando trazer da bandeira para o seu campo. O time que conseguir primeiro é o vencedor. Durante o jogo a criança que for pega dentro do campo adversário será "colada". Se for pega com a bandeirinha na mão, ficará "colada" no local onde a bandeirinha estava fixada.

Se a criança colada não estiver com a bandeirinha na mão, ficará colada no lugar onde for pega. No início do jogo se decide se é do "puxa" ou não. O time é tirado no par ou ímpar.

A criança pode ser deslocada por outro jogador do seu time que por acaso chegue ao campo adversário.

ADOLETÁ

A-do-le-tá Le-pe-ti Pe-ti-pe-tá

Le café com chocoláA-do-le-tá

Os componentes fazem formação de roda, onde se desloca a mão direita de forma a bater com a palma no dorso da mão direita

o seu componente do lado e assim em diante. Este movimento segue a silabação da música. O último a ser batido de acordo com a silabação da música sai da brincadeira.

BARRA MANTEIGA.

Dividir o grupo em dois. Traçar duas linhas com uma distância média de 8 m entre elas. Os jogadores posicionam-se nas linhas, lado a lado. Alternadamente, os jogadores vão até o lado adversário. Todos devem estar com as palmas das mãos viradas para cima, braços direitos dobrados na altura da cintura. O jogador bate com a palma de sua mão direita, devagar, em todas as mãos disponíveis, até que, repentinamente, dá um tapa mais definido numa das mãos e corre para o seu lado. Quem receber o toque, imediatamente corre atrás e tenta pegar o adversário. Se conseguir, este passa a ser da equipe que o apanhou, e o jogador que o pegou faz a mesma coisa no grupo contrário.

A equipe que conseguir agarrar metade ou mais do outro grupo é a vencedora.

BATATA QUENTE

Para não "morrer" com a bola na mão, as crianças precisam se concentrar e coordenar os movimentos ao ritmo da fala.

IDADE: A partir de 5 anos.

- LOCAL: Pátio.
- MATERIAL: Bola.
- PARTICIPANTES No mínimo três.

-COMO BRINCAR O grupo fica em círculo, sentado ou em pé. Uma criança fica fora da roda, de costas ou com os olhos vendados, dizendo a frase: "Batata quente, quente, quente... queimou!" Enquanto isso, os demais vão passando a bola de mão em mão até ouvirem a palavra "queimou". Quem estiver com a bola nesse momento sai da roda. Ganha o último que sobrar.

- Uma opção é pedir para as crianças mudarem o ritmo com que dizem a frase. As que estão na roda têm de passar a bola de mão em mão mais rápido ou devagar, conforme a fala.

AMARELINHA

Brincadeira não só de meninas, a Amarelinha, também conhecida como "Pular amarelinha", é uma brincadeira que estimula a criança a ter noções dos números, trabalhando a ordem das casas numéricas do número um ao número dez, além de estimular a habilidade do equilíbrio, pois as crianças nas áreas que não existem associações de casas, ou seja nos quadrados 1 - 4 -7-10, as crianças apenas podem colocar um pé, e nas demais com casas juntas 2 e 3 -5 e 6-8 e 9 e Céu podem e devem colocar os dois pés.

Para brincar de Amarelinha é preciso riscar o chão com um giz.

NUNCA TRÊS

Materiais necessários: Não há

Descrição:

É necessário um número par de pessoas e no mínimo 4 participantes, sendo que o envolvimento aumenta quanto maior for o número de pessoas. Dividir os participantes em duplas. Distribuir todas as duplas (exceto uma) sentadas, dispersas em um grande espaço. Cada dupla deve ter um à frente, como numa fila. Dos integrantes da dupla em pé, um será a pega e o outro o fugitivo. Dá-se início à pega. Quando o fugitivo sentar atrás do último de alguma dupla, o primeiro deverá levantar e

assumir a posição de fugitivo. Variações possíveis: a pessoa que levantar, ao invés de assumir a posição de fugitivo torna-se o pega, assim, o que antes era pega tem agora que fugir. Outra possibilidade é soltar duas duplas de pegadores e fugitivos.

Benefícios:

Socialização, velocidade, destreza e alto gasto calórico.

DANÇA DA CADEIRA (Modo Cooperativo)

Materiais necessários:

Aparelho de som, CDs, cadeiras (1 a menos do que o número total de participantes). Descrição:

Formação igual à dança da cadeira tradicional, ou seja, dispõem-se as cadeiras no centro de um círculo (uma a menos que o número de participantes), todas voltadas para fora. Os participantes formam um círculo maior ao redor das cadeiras e, ao som de uma música, começam a dançar ao mesmo tempo em que caminham no mesmo sentido, ao redor das cadeiras. Quando a música for instantaneamente desligada, todos procuram um lugar para sentar. Aqui começa a diferença fundamental com relação à versão tradicional, pois ao invés de uma pessoa sair da brincadeira (aquela que não conseguiu lugar), todos devem juntos pensar numa solução a fim de manter esta pessoa na brincadeira. Assim, esta pessoa senta no colo de outra. A música recomeça enquanto mais uma cadeira é retirada e assim por diante. Como sugestão, propor ao final que o grupo descubra uma maneira de sentar todos juntos e sem nenhuma cadeira. Dentre as soluções possíveis, uma bastante interessante é que todos formem uma grande roda, voltem-se para o lado, de modo que um fique voltado para as costas do outro e, então, todos sentam ao mesmo tempo no colo do detrás.

PASSANDO O BAMBOLÊ

Material: vários bambolês

Fazendo a atividade: formação de um grande círculo com os alunos de mãos dadas com o bambolê entre os braços de dois alunos que terão de passar o bambolê sobre o corpo sem soltar as mãos. O professor para dificultar ainda mais, deverá ir colocando aos poucos mais bambolês no espaço livre para que os alunos passem os bambolês sem deixar o outro bambolê que vem atrás acumular.

VARIAÇÃO: dividir os alunos em dois ou três grupos com o bambolê nos

braços de dois alunos. Os alunos deverão passar o bambolê, sem soltar as mãos até chegar no lugar que ele estava. Vence a equipe que conseguir dar 5 voltas primeiro.

CABO DE GUERRA

O professor divide as equipes sendo que cada duas equipes ficarão com uma corda. O professor marca o meio da corda com um lenço e risca o chão para que ambas as equipes mantenham a mesma distância do centro da corda. Ao sinal do professor as equipes deverão puxar a corda para seu lado. Marca um ponto quem conseguir fazer o lenço da corda chegar no espaço riscado no chão do seu lado. Ganha quem marcar três pontos primeiro. Obs: trocar as equipes nas cordas sendo que todas as equipes joguem umas com as outras. **VARIAÇÃO:** Fazer cabo de guerra sem corda, com os primeiros alunos da fila (conforme a foto) segurando as mãos e os demais segurando na cintura.

NÓ HUMANO

Formação: alunos divididos em grupos de no máximo 9 alunos.

O professor pede para que os alunos do grupo fiquem em círculo e todos os alunos devem dar as mãos um aos outros entrelaçando as mãos. Nenhum aluno pode dar as mãos ao aluno do lado e também não pode segurar nas mãos da mesma pessoa. Termina a atividade quando os alunos do grupo, sem soltar as mãos formarem um círculo. Essa atividade é ideal para o início do ano e serve para o professor conhecer quem é o líder do grupo, aquele que lidera as ações, conhecer o aluno mais acomodado, aquele que não toma nenhuma iniciativa e conhecer aquele aluno 'malandrino', aquele que quando o professor não está olhando, ele solta as mãos ou dá um jeitinho de levar vantagem.

VAQUEIRO LAÇADOR

Formação inicial: Alunos espalhados pela quadra, o professor coloca no fundo da quadra, diversos bambolês. Escolhe um aluno que será o Vaqueiro que colocará um bambolê na cintura (simbolizando o cavalo) e o outro bambolê na mão (simbolizando uma corda). Ao sinal do professor, o aluno (vaqueiro) sai em perseguição aos demais alunos (conforme a foto). Assim que algum aluno for laçado, este deve pegar dois bambolês que estão no fundo da quadra e se torna vaqueiro, ajudando o primeiro na captura dos demais. Termina a atividade, quando todos forem capturados.

ZIGUE-ZAGUE

Alunos divididos em dois grupos, com número igual de alunos e em fileira. Os alunos deverão ficar com os pés afastados um do outro e encostado no pé do aluno ao lado. Dado o sinal do professor, o primeiro aluno de cada equipe tem que se abaixar, e em 4 apoios deve passar por baixo das pernas do companheiro fazendo o zigue-zague. Somente quando o primeiro aluno chegar no último aluno da fileira e ficar na posição dos demais é que o próximo da fila continua a atividade.

BOLA POR CIMA, BOLA POR BAIXO:

Alunos dispostos em duas colunas, sendo o primeiro aluno de cada equipe com uma bola nas mãos.

1). Ao sinal do professor o primeiro aluno de cada fileira deve passar a bola por cima da cabeça com as duas mãos até chegar ao último da fileira que deverá pegar a bola e correr até a frente e dar seqüência a atividade.

2) assim que todos os alunos completarem a tarefa, o professor deve pedir para que todos fiquem de pernas afastadas e devem passar a bola por baixo de mão em mão, até que todos completem a tarefa.

3). Na terceira etapa, o primeiro aluno da fileira deve passar a bola por cima da cabeça, o segundo aluno deve pegar a bola em cima e passar por baixo, o terceiro deve pegar embaixo e passar por cima e assim sucessivamente até que todos completem a prova.

MATERIAIS

- Bandeirinha
- Bola
- Giz
- Aparelho de som, pen drive, cadeiras
- Bambolês
- Cordas

AVALIAÇÃO:

O resultado da implantação do projeto recreio dirigido nas escolas municipais foi avaliado com os educadores como satisfatório. Se por um lado a agitação e os conflitos diminuíram, por outro aumentou a socialização e o respeito entre os alunos. Também houve ganho na organização dos materiais, com os estudantes participando mais ativamente, e na ampliação do repertório de jogos e brincadeiras.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os currículos do ensino fundamental deverá incluir o assunto educação alimentar e nutricional nas disciplinas de ciências e biologia, respectivamente. É o que estabelece a Lei 13.666/2018.

A necessidade de garantir o aporte nutricional às crianças é um dos fatores mais importantes para incentivar a educação alimentar nas escolas. Priorizar uma alimentação saudável, desde cedo, é essencial à saúde infantil e ainda influencia a qualidade de vida da população no futuro.

Nessa perspectiva, a alimentação saudável é fundamental para o desenvolvimento de práticas mais saudáveis de vida, pois influencia o crescimento e o desempenho cognitivo na idade escolar. Diante desta realidade, a Escola realiza mensalmente o dia da fruta na escola, onde todos os educandos trazem de suas casas uma fruta de sua preferência e na hora do lanche compartilha com o colega. Também são realizadas orientações aos professores, educandos e funcionários no geral pela Nutricionista do Município sobre hábitos saudáveis para se ter uma boa saúde.

É necessário promover uma alimentação variada, saudável, adequada e condizente com a faixa etária da criança. Também é relevante que esses alimentos sejam seguros e respeitem a cultura, a tradição, os hábitos e os costumes de cada região do país.

Por meio da oferta desses alimentos, a escola busca contribuir para o crescimento e o desenvolvimento de seus alunos. O foco no estímulo à aprendizagem e na melhoria do rendimento escolar torna-se primordial para o alcance desse objetivo.

4.5 ESPAÇO FÍSICO

Espaços Físicos	Quantidade	Funções Pedagógicas
Salas de aula	23	Espaço organizado com lousa, carteiras, cadeiras, armários a maioria com lousas digitais para os alunos e computadores nas salas da Educação Infantil (transmissão de conhecimentos e realização de

		atividades/conhecimento).
Sala dos professores	03	Espaço organizado com mesas e cadeiras. O espaço é utilizado para preparação de aulas e organização dos materiais.
Secretaria	01	Espaço organizado com mesas, armários, cadeiras, computadores, arquivos ativos, utilizado ao atendimento aos pais, documentação escolar.
Direção / coordenação	03	Espaço organizado com mesa, armários, cadeiras. Utilizado para reuniões, atendimento individual aos pais/responsáveis, professores e funcionários e alunos.
Pátio	2	Espaço para utilização comunitária com cobertura na Educação Infantil sem cobertura com bancos no Ensino Fundamental.
Biblioteca	01	Espaço organizado com prateleiras com acervo de livros, mesinhas e cadeiras. Pesquisa em livros e contação de histórias.
Quadra Poliesportiva	01	Espaço coberto e iluminado. Servido como local de recreação, interação e atividades físicas.
Cozinha	02	Espaço organizado com armários, geladeira, freezer, congeladores, fogão, forno a gás e utensílios para preparação de alimentos.
Refeitório	02	Espaço organizado com mesas e bancos para alimentação dos alunos;
Depósito de mantimentos	02	Espaço organizado com armários para armazenamento e conservação dos alimentos.
Sala de arquivo	02	Espaço organizado com armários para organização de materiais e arquivo da

		secretaria.
Depósito de material de Educação Física	01	Espaço organizado com armários para organização de materiais de Educação Física.
Banheiros para alunos Femininos	02	Necessidades fisiológicas.
Banheiros para alunos Masculinos	02	Necessidades fisiológicas.
Banheiros adaptados	02	Necessidades fisiológicas de cadeirantes.
Banheiro para Funcionários: Feminino e masculino	04	Necessidades fisiológicas.
Lavanderia	01	Espaço organizado com bancada, máquina e armários para lavagem e higienização dos utensílios.
Consultório odontológico	01	Consultório para atender os alunos na área de odontologia.

4.5.1. ESPAÇOS FÍSICOS E ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

O Complexo conta com vários espaços onde são desenvolvidos atividades pedagógicas com os alunos como: atividades físicas na quadra coberta com arquibancada, apresentação de teatro e dança no auditório, projeto de leitura na biblioteca, sala de brinquedoteca com atividades recreativas para os alunos da educação infantil e um parquinho no espaço da educação infantil e um parquinho no espaço do Ensino fundamental.

4.5.2 CARACTERIZAÇÃO DE CADA SETOR

A organização técnico-administrativa desta escola visa o seu bom funcionamento e, toda comunidade escolar participa nas tomadas de decisão, no acompanhamento e avaliação do processo educacional. A organização técnico-administrativa da escola abrange:

- I – Núcleo de Direção;
- II – Núcleo Técnico-Pedagógico;
- III – Núcleo Administrativo;
- IV – Núcleo Operacional;
- V – Corpo Docente;
- VI – Corpo Discente.

4.5.3 ESTRUTURA PEDAGÓGICA

A organização Pedagógica é o órgão responsável pela coordenação, implantação e implementação, no Estabelecimento de Ensino, das Diretrizes Pedagógicas emanadas da Secretaria de Estado da Educação e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A organização Pedagógica é composta pela Direção, Coordenação, Corpo docente, Conselho de Classe.

Os cargos e funções previstos para as escolas, bem como as atribuições e competências, estão regulamentados em legislação educacional específica.

DIREÇÃO

O Núcleo de Direção da escola é o centro executivo do planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar.

Integram o Núcleo de Direção o Diretor de escola e o Coordenador.

A direção da escola exercerá suas funções objetivando garantir:

- I – A elaboração e execução da Proposta Pedagógica;
- II – A administração do pessoal e dos recursos materiais e financeiros;
- III – O cumprimento dos dias letivos e horas de aula estabelecidos em lei;
- IV – A legalidade, a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos alunos;

V – Os meios para o reforço e a recuperação da aprendizagem dos estudantes;

VI – A articulação e integração da escola com as famílias e a comunidade;

VII – As informações aos pais ou responsável legal sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução da Proposta Pedagógica;

VIII – A comunicação ao Conselho Tutelar dos casos de maus-tratos envolvendo alunos, assim como de casos de evasão escolar e de reiteradas faltas, antes que estas atinjam o limite de 25% das aulas previstas e dadas.

IX – Cabe ainda à direção subsidiar os profissionais da escola, em especial os representantes dos diferentes colegiados, no tocante às normas vigentes e representar aos órgãos superiores da administração, sempre que houver decisão em desacordo com a legislação.

PEDAGÓGICO

O núcleo Técnico-Pedagógico é constituído pela Coordenação Pedagógica. A coordenação pedagógica tem a função de proporcionar apoio técnico-pedagógico aos docentes e discentes, relativo à elaboração, desenvolvimento e avaliação da proposta educacional. A coordenação pedagógica da escola deverá ser exercida pelo Coordenador Pedagógico e na sua ausência, pelo Diretor da escola, que terá as seguintes atribuições, além de outras previstas na legislação vigente:

I - participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico:

II - coordenar as atividades de planejamento quanto aos aspectos curriculares;

III - acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento da programação curricular e a aplicação dos planos de ensino;

IV - prestar assistência técnica aos professores, visando assegurar a eficiência e eficácia do desempenho dos mesmos, objetivando a melhoria dos padrões de ensino, por meio de:

a) proposição de técnicas e procedimentos;

b) seleção e sugestão de utilização de materiais didáticos;

c) proposição de técnicas que propiciam melhoria no sistema de avaliação.

V - coordenar a programação, execução e avaliação do processo de recuperação dos alunos;

VI - potencializar e garantir o trabalho coletivo na escola, organizando e participando das horas de trabalho pedagógico;

VII - coordenar as reuniões dos conselhos de classe/ano;

VIII - propor e coordenar atividades que levem ao aperfeiçoamento e atualização de professores e funcionários;

IX - coordenar o planejamento das atividades nos vários ambientes disponíveis na escola, objetivando o aproveitamento racional do espaço físico;

X - avaliar os resultados do ensino no âmbito da escola;

XI - assessorar a direção da escola, especificamente, quanto às decisões relativas a:

a) matrículas e transferências;

b) agrupamento de alunos;

c) organização de horário de aulas e do calendário escolar;

d) utilização dos recursos didáticos da escola;

XII - interpretar a organização didática da escola para a comunidade;

XIII – elaborar o seu plano de trabalho de acordo com os objetivos propostos pela escola.

ADMINISTRATIVO

O Núcleo Administrativo terá a função de dar apoio ao processo educacional, auxiliando o Núcleo de Direção nas atividades relativas a:

I – Documentação e escrituração escolar e de pessoal;

II – Organização e atualização de arquivos;

III – Expedição, registro e controle de expedientes;

IV – O registro e controle de bens patrimoniais, bem como de aquisição, conservação de materiais e de gêneros alimentícios;

V – O registro e controle de recursos financeiros.

Integram o Núcleo Administrativo o secretário ou secretária da instituição de ensino.

OPERACIONAL

O Núcleo Operacional terá a função de proporcionar apoio ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa e curricular, relativas às atividades de:

I – zeladoria, vigilância e atendimento estudantes;

II – limpeza, manutenção e conservação da área interna e externa do prédio escolar;

III – controle, manutenção e conservação de mobiliários, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

IV – controle, manutenção, conservação e preparo da merenda escolar.

Integram o Núcleo Operacional o Agente de Organização Escolar (AOE), os integrantes da equipe de faxina, limpeza e conservação do prédio escolar e os integrantes da equipe de preparo da merenda escolar.

DOCENTE

Integra o corpo docente todos os professores da escola, que exercerão suas funções, incumbindo-se de:

I – Participar da elaboração da Proposta Pedagógica da escola;

II – Atualizar sua formação profissional para que as principais inovações trazidas pela Nova BNCC e o Referencial Curricular do Paraná sejam desenvolvidas e implementadas na sua prática em aula.

III – Elaborar e cumprir o plano de trabalho;

IV – Zelar pela aprendizagem dos estudantes;

V – Estabelecer estratégias de recuperação da aprendizagem para os estudantes de menor rendimento;

VI – Cumprir os dias letivos e carga horária de efetivo trabalho escolar, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VII – Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

4.6 REGIMENTO INTERNO

O estabelecimento de ensino funciona em período integral das 07h30 às 17h00 na Educação Infantil e período Parcial no Ensino Fundamental no período matutino das 07h30 às 11h30 e período vespertino das 13h00 às 17h00.

Haverá 15 minutos de tolerância em relação ao horário de entrada e saída, do Ensino Fundamental e Educação Infantil.

O horário compreendido entre 07h00 às 18h00 é destinado ao aluno da Educação Infantil onde o responsável apresentará documentação de trabalho pedindo horário especial à direção da escola.

Em todas as modalidades a retirada antecipada das crianças pelos pais ou responsável (declarado no ato da matrícula) será admitida somente em casos especiais, com anuência da direção e mediante assinatura de termo de responsabilidade.

A criança que, por graves razões, precisar permanecer no Estabelecimento além do horário estabelecido, ficará sob a responsabilidade da Diretora ou, em sua ausência, de pessoa designada por ela.

O não cumprimento dos horários, três vezes ao mês, sem a devida justificativa, implicará em descumprimento regimental, podendo a direção da instituição tomar as medidas punitivas cabíveis.

Esta Instituição de Ensino acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais.

Todo estudante desta escola têm direito a:

- Educação pública gratuita e de qualidade;

- Acesso à educação gratuita e de qualidade, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;
- Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita;
- Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura;
- Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;
- Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;
- Receber Boletim Escolar ou Parecer (Educação Infantil) e demais informações sobre seu progresso educativo, bem como participar de avaliações periódicas, de maneira informal ou por instrumentos oficiais de avaliação de rendimento;
- Ser notificado, com a devida antecedência, sobre a possibilidade de ser encaminhado para programa de recuperação, em razão do aproveitamento escolar;
- Ser notificado sobre a possibilidade de recorrer em caso de reprovação escolar;
- Ter garantida a confidencialidade das informações de caráter pessoal ou acadêmicas registradas e armazenadas pelo sistema escolar, salvo em casos de risco ao ambiente escolar ou em atendimento a requerimento de órgãos oficiais competentes;
- Liberdade individual e de expressão;
- Organizar, promover e participação dos alunos no ambiente escolar;
- Participar da publicação de jornais ou boletins informativos escolares, desde que produzidos com responsabilidade e métodos jornalísticos, que reflitam a vida na escola ou expressem preocupações e pontos de vista dos alunos;
- Decidir sobre as vestimentas pessoais que portará, assim como sobre distintivos ou adereços de uso estritamente pessoal, exceto nos casos em que sua

apresentação represente perigo a si ou aos demais, ou quando divulgar ideias racistas, preconceituosas, difamatórias, obscenas ou cuja circulação perturbe o ambiente escolar;

- Ter assegurados o ingresso e a posse de materiais de uso pessoal na escola, exceto nos casos em que representem perigo para si ou para os outros, ou que perturbem o ambiente escolar.

- Tratamento justo e cordial;

Todo estudante desta escola será tratado de forma justa e cordial por todos os integrantes da comunidade escolar, sendo assegurado a ele:

- Ser informado pela direção da escola sobre as condutas consideradas apropriadas e quais as que podem resultar em sanções disciplinares, para que tome ciência das possíveis consequências de suas atitudes em seu rendimento escolar e no exercício dos direitos previstos neste Regimento Escolar;

- Ser informado sobre procedimentos para recorrer de decisões administrativas da direção da escola sobre seus direitos e responsabilidades, em conformidade com o estabelecido neste documento e com a legislação pertinente;

- Estar acompanhado por seus pais ou responsáveis em reuniões e audiências que tratem de seus interesses quanto a desempenho escolar ou em procedimentos administrativos que possam resultar em sua transferência compulsória da escola.

- Todo estudante desta unidade escolar tem os seguintes deveres e responsabilidades:

- Frequentar a escola regular e pontualmente, realizando os esforços necessários para progredir nas diversas áreas de sua educação;

- Estar preparado para as aulas e manter adequadamente livros e demais materiais escolares de uso pessoal ou comum coletivo;

- Observar as disposições vigentes sobre entrada e saída das classes e demais dependências da escola;

- Ser respeitoso e cortês para com colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;

- Contribuir para a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro, que garanta o direito de todos os alunos de estudar e aprender;
- Abster-se de condutas que neguem, ameacem ou de alguma forma interfiram negativamente no livre exercício dos direitos dos membros da comunidade escolar;
- Respeitar e cuidar dos prédios, equipamentos e símbolos escolares, ajudando a preservá-los e respeitando a propriedade alheia, pública ou privada;
- Compartilhar com a direção da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade escolar;
- Utilizar meios pacíficos na resolução de conflitos;
- Reunir-se sempre de maneira pacífica e respeitando a decisão dos alunos que não desejem participar da reunião;
- Ajudar a manter o ambiente escolar livre de bebidas alcoólicas, drogas lícitas e ilícitas, substâncias tóxicas e armas;

Manter pais ou responsáveis legais informados sobre os assuntos escolares, sobretudo sobre o progresso nos estudos, os eventos sociais e educativos previstos ou em andamento, e assegurar que recebam as comunicações a eles encaminhadas pela equipe escolar, devolvendo-as à direção em tempo hábil e com a devida ciência, sempre que for o caso.

DAS CONDUTAS DOS ESTUDANTES QUE AFETAM O AMBIENTE ESCOLAR / FALTAS DISCIPLINARES

As condutas dos estudantes consideradas incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriado ao ensino-aprendizagem e que são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares são:

- Ausentar-se das aulas ou dos prédios escolares, sem prévia justificativa ou autorização da direção ou dos professores da escola;
- Ter acesso, circular ou permanecer em locais restritos do prédio escolar;
- Utilizar, sem a devida autorização, computadores, aparelhos de fax, telefones ou outros equipamentos e dispositivos eletrônicos de propriedade da escola;

- Utilizar, em salas de aula ou demais locais de aprendizado escolar, equipamentos eletrônicos como telefones celulares, Pager, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento que perturbem o ambiente escolar ou prejudiquem o aprendizado;
- Ocupar-se, durante a aula, de qualquer atividade que lhe seja alheia;
- Comportar-se de maneira a perturbar o processo educativo, como, por exemplo, fazendo barulho excessivo em classe, na biblioteca ou nos corredores da escola;
- Desrespeitar, desacatar ou afrontar a equipe gestora, professores, funcionários ou colaboradores da escola;
- Danificar ou destruir equipamentos, materiais ou instalações escolares; escrever, rabiscar ou produzir marcas em qualquer parede, vidraça, porta ou quadra de esportes dos edifícios escolares;
- Ativar injustificadamente alarmes de incêndio ou qualquer outro dispositivo de segurança da escola;
- Emitir comentários ou insinuações de conotação sexual agressiva ou desrespeitosa, ou apresentar qualquer conduta de natureza sexualmente ofensiva;
- Estimular ou envolver-se em brigas, manifestar conduta agressiva ou promover brincadeiras que impliquem risco de ferimentos, mesmo que leves, em qualquer membro da comunidade escolar;
- Comportar-se, no transporte escolar, de modo a representar risco de danos ou lesões ao condutor, aos demais passageiros, ao veículo ou aos passantes, como correr pelos corredores, atirar objetos pelas janelas, balançar o veículo etc.;
- Provocar ou forçar contato físico inapropriado ou não desejado dentro do ambiente escolar;
- Ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escolar;
- Participar, estimular ou organizar incidente de violência grupal ou generalizada;
- Apropriar-se de objetos que pertencem a outra pessoa, sem a devida autorização ou sob ameaça;

- Incentivar ou participar de atos de vandalismo que provoquem dano intencional a equipamentos, materiais e instalações escolares ou a pertences da equipe escolar, estudantes ou terceiros;

- Portar, facilitar o ingresso ou utilizar qualquer tipo de arma, ainda que não seja de fogo, no recinto escolar;

- Apresentar qualquer conduta proibida pela legislação brasileira, sobretudo que viole a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Penal.

- Além das condutas descritas acima, também são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares as condutas que professores ou a equipe gestora considerem incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriada ao ensino-aprendizagem, sempre considerando, na caracterização da falta, a idade do aluno e a reincidência do ato.

DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

O não cumprimento dos deveres e a incidência em faltas disciplinares poderão acarretar ao estudante as seguintes medidas disciplinares:

- Advertência verbal;

- Advertência por escrito, notificando aos pais ou responsáveis;

- Retirada do estudante de sala de aula ou atividade em curso e encaminhamento ao Núcleo de Direção para orientação;

- Convocação dos pais ou responsáveis para ciência dos fatos, e assinatura de Termo de Advertência junto à equipe pedagógica, para tomada de medidas visando solucionar o problema.

- Propor roda de diálogos para fins de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou participação facultativa em círculo restaurativo;

Tomadas todas as medidas por parte da escola, havendo reincidência, a diretora da instituição convocará reunião com os pais ou responsáveis para informá-los do encaminhamento do caso ao Conselho Escolar, a qual receberá a notícia do fato juntamente com a documentação existente;

Em havendo necessidade, a escola encaminhará o fato ao Conselho Tutelar, juntamente com os documentos pertinentes ao caso.

DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

As medidas disciplinares serão aplicadas ao estudante em função da gravidade da falta, idade do estudante, grau de maturidade e histórico disciplinar, comunicando-se aos pais ou responsáveis.

As medidas disciplinares, e quem deve aplicá-las, estão descritas o Regimento Escolar.

Em qualquer caso será garantido amplo direito de defesa, ao estudante e aos seus responsáveis, cabendo pedido de revisão da medida aplicada e, quando for o caso, recurso ao Conselho Escolar.

A aplicação das medidas disciplinares previstas não isenta os alunos ou seus responsáveis do ressarcimento de danos materiais causados ao patrimônio escolar ou da adoção de outras medidas judiciais cabíveis.

DOS RECURSOS DISCIPLINARES ADICIONAIS

Para restaurar a harmonia e o adequado ambiente pedagógico, além das medidas disciplinares descritas no artigo específico deste regimento, professores, equipe gestora e o Conselho Escolar Municipal podem utilizar, cumulativamente, os seguintes instrumentos de gestão da convivência escolar:

- Envolvimento de pais ou responsáveis no cotidiano escolar;
- Orientações individuais ou em grupo para mediar situações de conflito;
- Reuniões de orientação com pais ou responsáveis;
- Propor encaminhamentos a serviços de orientação em situações de abuso de drogas, álcool ou similares;
- Encaminhamento a serviços de orientação para casos de intimidação baseada em preconceitos ou assédio;

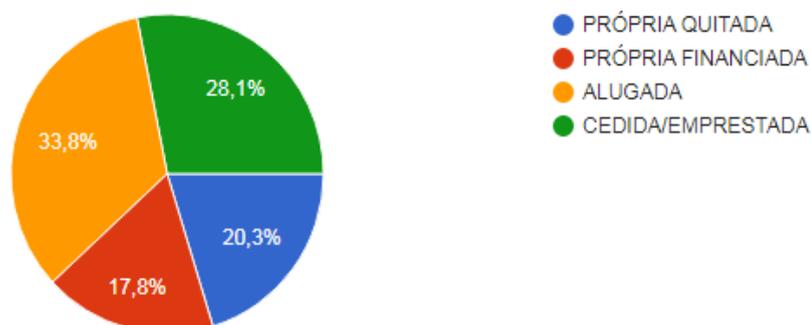
- Encaminhamento aos serviços de saúde adequados quando o aluno apresentar distúrbios que estejam interferindo no processo de aprendizagem ou no ambiente escolar;
- Encaminhamento aos serviços de assistência social existentes, quando do conhecimento de situação do aluno que demande tal assistência especializada;
- Encaminhamento ao Conselho Tutelar em caso de abandono intelectual, moral ou material por parte de pais ou responsáveis;
- Comunicação às autoridades competentes, dos órgãos de segurança pública, Poder Judiciário e Ministério Público, de crimes cometidos dentro das dependências escolares.

5. ANÁLISES DA REALIDADE ESCOLAR

De acordo com informações obtidas através de questionário, apresentamos alguns resultados da realidade escolar de nossa comunidade.

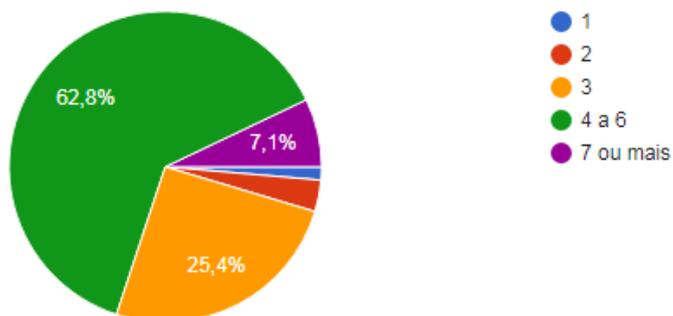
01 - A RESIDÊNCIA EM QUE O ALUNO MORA É:

370 respostas



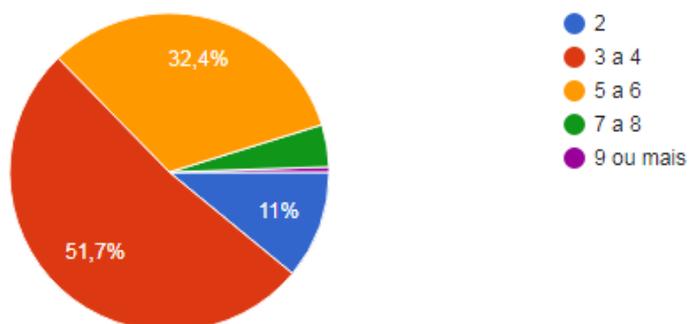
02 - QUANTOS CÔMODOS POSSUEM A RESIDÊNCIA ONDE O ALUNO MORA?
SOMANDO QUARTOS, ESCRITÓRIOS, SALAS DE TV OU ESTAR, SALAS DE JANTAR E
COZINHAS.

366 respostas



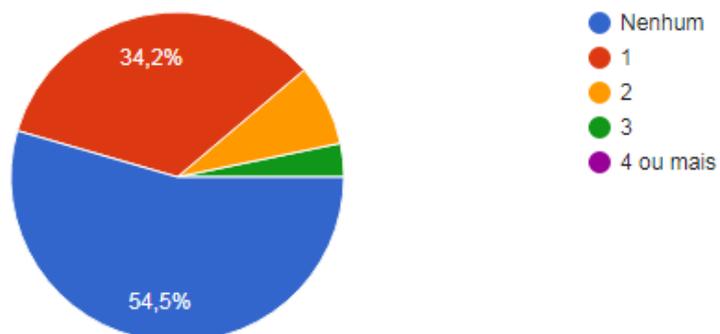
03 - QUANTAS PESSOAS VIVEM NA RESIDÊNCIA ONDE O ALUNO MORA?
INCLUINDO FILHOS, IRMÃOS, PARENTES, AMASIADOS E AMIGOS.

373 respostas



04 - QUANTOS CARROS/MOTOS EXISTEM EM SUA RESIDÊNCIA?

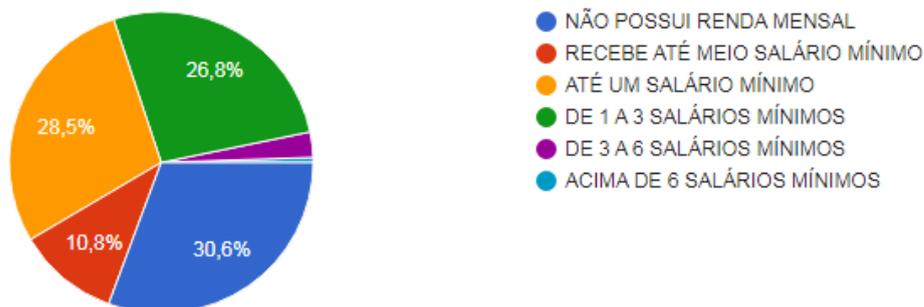
365 respostas



05 - QUAL A RENDA MENSAL DA FAMÍLIA DO ALUNO? (Salário mínimo R\$ 1.110,00)

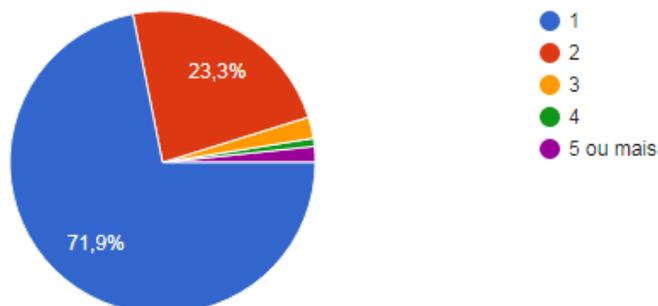


369 respostas



06 - QUANTAS PESSOAS CONTRIBUEM PARA A OBTENÇÃO DESSA RENDA FAMILIAR?

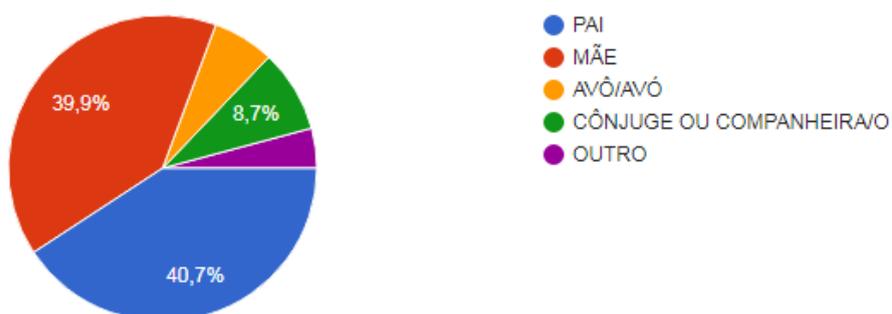
352 respostas



07 - QUEM É A PESSOA QUE MAIS CONTRIBUI COM A RENDA FAMILIAR?

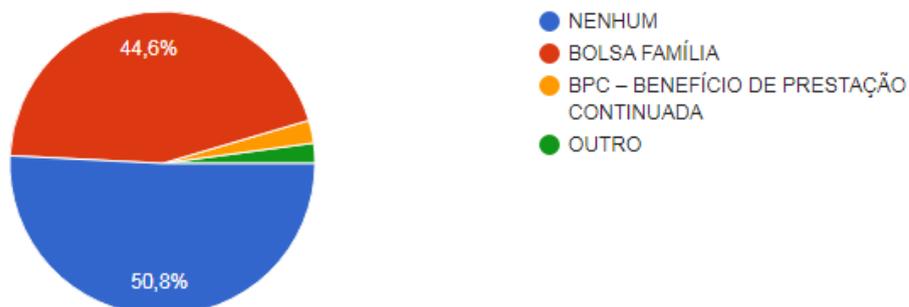


356 respostas



08 - O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO ALUNO RECEBE ALGUM BENEFÍCIO ASSISTENCIAL?

372 respostas



O perfil da comunidade escolar do Complexo apresenta um percentual em sua maioria de famílias dos alunos que possuem situação econômica com baixa renda, onde a maior parte recebem auxílio Bolsa Família ou outro benefício assistencial com residência alugada ou cedida.

6. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de adequação e elaboração da proposta política pedagógica (PPP) das instituições municipais da rede de educação de Ibiporã, o presente documento tem o objetivo de elucidar os rumos que a educação municipal buscou trilhar para minimizar o contexto pós-pandêmico do presente momento e iniciar uma retomada educacional prezando pela qualidade e aplicabilidade dos conteúdos alinhados à BNCC e ao Referencial Curricular do Paraná.

ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

A proposta política pedagógica municipal será pautada na perspectiva Histórico-cultural, sendo um documento norteador para o trabalho pedagógico, não excluindo a utilização das demais pedagogias que já perpassaram pela educação, sendo assim:

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (BRASIL, 2017, p.7).

De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, 2019, “O caráter normativo da BNCC torna obrigatória a elaboração ou reelaboração dos currículos das redes de ensino ao estabelecer uma base de direitos e objetivos de aprendizagens comum para todo país. Assim, considerando a trajetória de cada estado, provoca um movimento de reflexão e avanços quanto às práticas pedagógicas.”

A fim de colaborar para a elaboração do PPP municipal, destacamos aqui a contribuição da teoria Histórico-Cultural, mas deve-se salientar que caberá a cada instituição agregar mais citações para o documento caso necessário.

Assim, é importante compreender que os direitos e objetivos de aprendizagens são comuns, porém, os currículos são diversos, na medida em que esses devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes, buscando uma educação com equidade a todos.

É importante ressaltar que de acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, devemos:

Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício dos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade em que os sujeitos atuam. (BRASIL,2013, p. 56).

No quadro abaixo, verifica-se o enquadramento da teoria citada em seus diferentes aspectos:

Quadro 1 – Teoria Histórico-Cultural

TEORIA	Teoria Histórico-Cultural
OBJETIVOS	Possibilitar ao professor a compreensão do seu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, à luz destas teorias, com vistas à apropriação efetiva dos conhecimentos científicos e à formação humana de nossos alunos
PRECURSORES	Lev Semenovitch Vigotski, a Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani e, ainda, a respectiva Didática dessa pedagogia desenvolvida por João Luiz Gasparin.
PAPEL DO PROFESSOR	O professor tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando os avanços que

	<p>não ocorreriam espontaneamente.</p> <p>[...] A intervenção do professor é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo</p>
RELEVÂNCIA	<ul style="list-style-type: none"> - A Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, em sua gênese, pressupõe uma natureza social da aprendizagem, ou seja, é por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores. - Temos que determinar pelo menos dois níveis de desenvolvimento da criança: o primeiro nível pode ser chamado de nível de desenvolvimento real e o segundo, de zona de desenvolvimento proximal. → Nível de desenvolvimento real: é o nível de desenvolvimento da criança onde suas funções mentais já se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados; → Zona de desenvolvimento proximal ou potencial: é o nível de desenvolvimento da criança determinado através da capacidade de solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com os colegas mais capazes. - A aprendizagem é o motor do desenvolvimento.

6.1 – CURRÍCULO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A escola exerce dois papéis fundamentais na sociedade: socializar e democratizar o acesso ao conhecimento e promover a construção moral e ética nos estudantes. Esses dois papéis compõem a formação de pessoas conscientes, críticas, engajadas e com potencial de transformação de si mesmas e da sociedade. O papel da escola na formação do cidadão é essencial para o bom funcionamento da sociedade. De todo educador e de toda instituição da Educação Básica é esperada atenção especial a esse propósito social e, ainda mais após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, esse princípio deve nortear cada etapa do processo de aprendizagem.

O objetivo é tecer relações entre currículo e gestão no âmbito da escola, sem desconsiderar o plano maior da política educacional em que se insere. Defende-se a escola pública como protagonista da recontextualização de políticas públicas e capaz, portanto, de construir relações genuinamente democráticas entre currículo e gestão. Considera-se que o currículo em ação com vistas à emancipação humana vincula-se diretamente aos conceitos de democracia e de cultura, na perspectiva da interculturalidade. Entende-se a função administrativa/gestora tanto na dimensão concernente à administração escolar propriamente dita quanto na dimensão pedagógica, visto que a razão de ser, ou o fim por excelência da escola é a educação

dos estudantes, o que a dota de finalidade e natureza peculiares e supõe critérios especiais de organização. Tais critérios precisam ser estabelecidos em conformidade com as características do trabalho nela desenvolvido, ou seja, o trabalho pedagógico. Considerando-se ser este último da alçada do currículo, fica evidenciada a inevitável existência de relações entre ele e a administração/gestão, ideia que o texto defende e referencia teoricamente.

6.1.1 – O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho com Sistema Educacional Estruturado é uma proposta que compartilham as práticas e que dialogam com os valores da educação em direitos humanos e que, de alguma forma, contribuíram com mudanças positivas no dia a dia da escola e/ou da comunidade em torno dela e em todo município. Dando a todos os alunos equidade dentro da proposta de ensino visando a formação de cidadãos que tenham a mesma oportunidade.

As práticas podem ser referentes aos diferentes segmentos da escolaridade (Educação infantil e Ensino Fundamental), no âmbito discente (entre professores, gestores, coordenadores e diretores) ou mesmo com demais atores da comunidade escolar (incluindo, assim, atividades com familiares e funcionários da escola).

Sabemos que cada escola tem suas peculiaridades, tanto pelo espaço geográfico e físico que possuem quanto pela realidade das pessoas que ali se relacionam, mas acreditamos que ao compartilhar e comentar os resultados da *sua* prática o sistema educacional integrado respeita essas peculiaridades mas com o objetivo final de aprendizagem igualitário mas respeitando as raízes sociais de cada família.

6.1.2 O PAPEL DA ESCOLA E OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO

Vale ressaltar que a concepção de escola como espaço para o aprendizado dos estudantes foi também muito bem sistematizada pelos profissionais da educação deste Complexo Educacional, os quais participaram das discussões sobre o PPP. Em outros termos, em reunião própria, os agentes educacionais destacam o compromisso do estabelecimento de ensino com a formação integral do aluno. Esta formação perpassa por:

1. Posicionamento ético para o desenvolvimento intelectual.

2. Transmitir o conhecimento sistematizado de modo a, através dele, vislumbrar o compromisso de preparar o indivíduo para a vida em sociedade bem como atuar nela de forma autônoma exercendo a cidadania.

3. Ampliar a visão de mundo e suas possibilidades para o educando, promovendo uma consciência crítica e sempre em renovação com uma postura proativa na sociedade em que este se insere.

4. Formação do cidadão que possibilita a interpretação, o domínio e métodos do conhecimento humano.

5. Autonomia intelectual.

Nesta perspectiva, segundo análise em questão, o papel da escola é formar cidadãos com compromisso ético e desenvolvimento intelectual. No entanto, segundo o grupo, muitas vezes vê-se secundarizado este papel. Isso ocorre, segundo análise, por dois motivos importantes:

1 - a escola, muitas vezes, está mais preocupada em defender-se de possíveis acusações do que efetivamente cumprir suas atribuições.

2 - em outra perspectiva, a escola hoje assumiu a responsabilidade que, em outros tempos era obrigação dos pais.

A educação escolar é concebida como lugar de formação do cidadão, através do qual o respeito entre todos os segmentos passa a ser um dos principais condicionantes para que se cumpra esta função. É nesta mesma compreensão que se contextualizam algumas preocupações expressas pelos professores quando estes analisam a função social da escola pública e, neste âmbito, as ressalvas dos limites percebidos para o desempenho desta função e o papel do professor. Algumas análises realizadas neste contexto destacam a necessidade de se “estabelecer limites nos estudantes (disciplina) e desenvolver responsabilidades - valores, os quais estão sendo extintos na atual sociedade”.

Concebe-se que é um direito do aluno ter acesso ao conhecimento necessário para compreender seu contexto, a realidade que o cerca, as contradições que perpassam nela e as possibilidades de interferir nesta realidade. Fica claro, que na concepção de professores e funcionários que cabe à escola a sistematização do conhecimento elaborado. É através do conhecimento que se desenvolve a consciência crítica.

Portanto, a formação da criticidade, invariavelmente, cabe à escola. Cabe aos professores deste Complexo Educacional ante a esta compreensão, reconhecerem-se

como os profissionais que dominam, não somente o conhecimento a ser socializado e produzido nas relações diárias (sociais e pedagógicas) como também a didática (técnica de ensinar) dando conta de ensinar bem e a todos. O papel do professor, portanto, está na relação entre o sujeito que media o sujeito que apreende e o conhecimento a ser sistematizado e produzido.

Essa concepção explicita a diferença entre autoritarismo e autoridade. Professores conclamam a sua valorização por parte dos seus alunos. Isto se perfaz quando o próprio professor se valoriza pelo compromisso de seu trabalho. O domínio do conhecimento legitima a autoridade do professor, ou seja, a sua autoridade se manifesta no domínio do conhecimento, da técnica e no compromisso político com a aprendizagem com o aluno, bem como conhecimento da característica e das especificidades da faixa etária e do nível de ensino (realidade) que trabalha. Isto pressupõe a necessidade de:

- Destacar o papel de todos, da gestão, dos professores para garantir esta aprendizagem.
- Papel de todos e em especial da equipe pedagógica (interferindo) ante as relações corporativas e por consequência conservadoras que condicionam a função da escola no ato de ensinar e aprender.
- O quanto é necessário aprofundar os fundamentos da psicologia, da biologia e da neurologia que contribuam para conceber as especificidades da faixa etária e como ela se manifesta nas relações (professor – aluno, ensino – aprendizagem). No que tange às possibilidades reais da formação da consciência crítica no âmbito escolar, vale destacar, segundo a contextualização dos seus docentes, que ela ultrapassa as barreiras da disciplina e implica, portanto, em postura e visão de mundo.

O acesso ao conhecimento amplia o repertório do aluno, possibilitando sua ação enquanto cidadão frente às contradições e problemáticas sociais. Quando o aluno se apropria do conhecimento científico adquirido pelos conteúdos, espera-se que ele seja melhor cidadão, contribuindo para uma sociedade mais justa participando de decisões. Deste modo, teria ele condições de criticar e colaborar na elaboração de medidas e leis para o bem de sua comunidade, usando o saber desenvolvido na escola para engajar-se com responsabilidade nas demandas sociais.

6.1.3 A ESTRUTURA DISCIPLINAR E A INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Quando se propõe uma estrutura curricular organizada em conhecimentos disciplinares é preciso refletir sobre a efetividade desse currículo de forma contextualizada. O conhecimento trabalhado em sua totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado.

Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência. Nesta perspectiva prevalece no currículo a dimensão explícita e não-implícita - há um planejamento de conteúdos, o qual é seguido em função da intencionalidade proposta e pensada no projeto pedagógico, contudo em algumas disciplinas prevalece a dimensão não explícita, em especial na área de humanas. Isto posto, concebe-se que, se trabalhados na totalidade, os conhecimentos disciplinares estão articulados naturalmente, na medida em que o professor esteja aberto a esse movimento de totalidade para uma efetiva promoção do conhecimento. Para uma compreensão totalizante do currículo, é necessário superar a fragmentação e a descontinuidade das práticas escolares, da estrutura hierarquizada na qual as escolas estão inseridas. É necessário reforçar ações tais como:

- Trabalho mais coletivo e democrático e não democratismo;
- Relações mais horizontais e de responsabilidade coletiva;
- Coordenadores como articuladores e mediadores do trabalho docente, e não apenas um mero transmissor das decisões tomadas em instâncias superiores.

A fragmentação se expressa na grade curricular. Nela os conhecimentos escolares encontram-se fragmentados e engavetados. Isto se expressa na ausência de uma prática permanente de diálogo entre os professores regentes e de projetos. Na compreensão dos professores e profissionais da educação é necessário que todos discutam profundamente ações e práticas escolares, a fim de que se tenha maior aprofundamento teórico e compreensão da Proposta Pedagógica. Um currículo (inter) disciplinar concebe a relação educação e trabalho como eixo central, que integra diversas ciências, ocorrendo assim, o aprofundamento da capacidade de reflexão de alunos e professores sobre as mudanças e permanências da formação integral em um mundo do trabalho que é dinâmico e em constante mutação, por outro lado excludente tal capacidade contribuirá para a participação plena do aluno na vida intelectual, política, social e econômica de sua comunidade. Concebe-se assim que a mediação teórico-prática pode ter diferentes origens: na ciência, na cultura popular, nos meios de

comunicação, na história de vida, na profissão, no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, pressupõe-se uma metodologia pela qual o professor seja desafiado a refletir sobre a sua realidade e também sobre as diferentes concepções e relações que se complementam para atingir a totalidade. Na realidade quando nos referimos a conhecimentos disciplinares devemos refletir sobre o momento oportuno de sua aplicabilidade de forma contextualizada.

Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência. O conhecimento trabalhado em sua totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado - com o descarte do conteúdo da disciplina. A fragmentação do currículo nada mais expressa que a própria fragmentação social, econômica e histórica. .

6.2. A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO

Conceber uma escola inclusiva pressupõe entender o próprio projeto pedagógico de uma escola que se proponha emancipadora. Isto, sobretudo, passa pelo currículo concebido em sua dimensão política. Segundo o grupo “a escola em si, a comunidade e, mais que isso a mentalidade vigente culturalmente; podem colaborar de maneira crítica para reequacionar as culturas que convivem socialmente, buscando o respeito às identidades diversas neste Complexo Educacional”. Entendendo que os sujeitos da escola são: agentes educacionais, alunos, comunidade, professores, equipe pedagógica e diretiva, é necessário repensar o currículo e a construção do conhecimento, bem como a análise de valores, conceitos e métodos.

Perceber e considerar os sujeitos de forma sensível, mas considerando as práticas pedagógicas, pressupõe conceber os sujeitos no processo de produção do conhecimento, partindo da história das diferentes culturas e etnias. Valorizá-los não pode, de forma alguma, confundir a escola com espaço clínico ou terapêutico, pelo qual se prima pela subjetivação dos processos. O processo inclusivo é objetivo na medida em que se concebe o aluno como sujeito que, em suas idiosincrasias, participa do processo de produção do saber, então, mediado pela socialização e reconhecimento de tais diferenças com respeito pela singularidade do gênero humano.

A análise realizada pelos professores da escola considera que os avanços que podem ser alcançados no sentido de galgar melhores condições de aprendizagem a todos os sujeitos são passos no sentido de que cada um possa se incluir e for incluído na dinâmica desse processo. Quando todos forem compreendidos como agentes que interferem, influenciam e são influenciados, garantindo o respeito e valorização das identidades individuais, considerando as decisões de currículo aberta às diversas esferas do processo de ensino aprendizagem, acreditamos que será possível caminhar em direção a uma igualdade de direitos nas condições de aprendizagem.

O currículo é uma seleção intencional e planejada de conteúdos que, fundamentado por uma concepção de mundo, se expressa no plano de trabalho docente, pelo qual se concebe o processo de ensinar e aprender. No entanto, o currículo é bem mais que um conjunto de disciplinas a serem organizadas e ofertada no tempo e espaço escolar, ele expressa a própria concepção de escola, a qual, por sua vez, expressa uma visão de sociedade e de mundo. A partir dos argumentos já explicitados, concebe que a função social da escola pública é sim socializar os conhecimentos e saberes produzidos e construídos na história da humanidade, mas, sobretudo, concebe que esta história é construída por mulheres, homens, trabalhadores, profissionais da educação, estudantes a cada dia, em suas diferentes identidades de gênero, de credo, de raça e cor. Nós construímos a cada dia esta história e esta escola. Entende-se que a concepção de inclusão passa pelos sujeitos que se constituem como protagonistas da história. Não somente a teoria legitima esta concepção de escola, de sujeito e de currículo, mas ela é materializada no interior da Instituição escolar.

No seio de uma sociedade contraditória, desigual, excludente, não cabe à escola o enfrentamento de todas as formas de preconceito, mas é preciso, a partir do conhecimento que se produz nela, um olhar nas contradições. De um lado, ela tem o compromisso com o conhecimento a ser ensinado, de outro, não pode fechar os olhos para as formas de reprodução de estereótipos e padrões hegemônicos dentro dela diariamente. Nesta perspectiva, à escola cabe o enfrentamento das visões preconceituosas e hegemônicas. O preconceito expressa uma dimensão perniciosamente ideológica de uma sociedade hegemônica marcada pelo bem e pelo mal, pelo certo e pelo errado, pelo direito e pelo esquerdo, pelo branco e pelo negro, pelo rico e pelo pobre, uma sociedade marcadamente desigual que dualiza e dicotomiza todas as tendências sociais que reproduzem o caos e, por sua vez, promovem a inconsciência sobre si e sobre a sociedade.

Quando se trata de olhar para a complexidade das relações sociais e culturais no âmbito do conhecimento escolar e do papel da escola estamos indicando para uma concepção muito mais ampla que o conteúdo de ensino. De outro modo, vale dizer que, quando o professor trabalha com o conteúdo é preciso ter em mente que ele expressa um recorte de uma totalidade. Ao ser contextualizado para o estudante necessariamente o próprio professor busca relações que suscitam conhecimentos de outras disciplinas como a condição de compreender o conteúdo em sua totalidade.

Decorre das discussões acerca de uma educação inclusiva, ou seja, propriamente de uma sociedade inclusiva, o compromisso com o conhecimento universal de modo a enfrentar situações de ignorância, ou seja, de preconceito. A este respeito há uma compreensão comum aos profissionais da educação: a necessidade de se efetivar uma prática educativa com isenção e profissionalismo, o qual consolida-se no respeito e tratamento igualitário, sem distinção de etnia, credo, formação profissional, condição de gênero e raça. É na totalidade, na condição de compreensão do conhecimento nas suas determinações que as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais podem e devem ser tratadas. Nesta perspectiva, os “Desafios Educacionais” no currículo devem pressupor ser parte desta totalidade.

Portanto, eles não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser “chamados” pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário transversalizando-o ou secundarizando-o. Estas demandas, portanto, devem ser abordadas como visão de mundo, como concepção para além da visão burguesa, racista, machista, preconceituosa, dicotômica e hegemônica. Contudo, nada adianta incluir arbitrariamente os chamados desafios educacionais no currículo se isto não passar de encaminhamentos que se diluem entre o dito, os pretendidos e o feito. Ocorre que a forma de abordagem do tema, não pode expressar o senso comum. Deve ser tomada na complexidade das relações com o conhecimento.

A democratização do acesso ao conhecimento e enfrentamento às situações de ignorância, teoricamente, levam ao enfrentamento (do que é inerente à ignorância) do preconceito. Isto significa também que qualquer relação artificial com o currículo, fundada no senso comum e no apelo subjetivista sem a devida fundamentação teórica pode incorrer em mais uma forma de Inclusão excludente uma outra forma de discriminação. Isto significa que a formação crítica e a superação do preconceito são duas faces de uma mesma moeda, consubstanciada no acesso ao conhecimento.

6.2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apenas a integração de uma pessoa numa escola regular, não a inclui realmente, porque isso se faz mediante preenchimento de uma matrícula, de uma vaga na escola. Porém, se o aluno não encontra na escola condições de aprendizado, ele está sendo segregado, não incluído. É que o mundo da escola é muito restrito e daí, luta-se pela inclusão, que é ampla e abrange toda a sociedade. Na verdade, inclusão seria educação de toda a sociedade para aceitar e ver as diferenças como uma oportunidade que se descortina, um novo horizonte de conhecimentos. A luta continua, agora, é pela inclusão de fato, isto por que ainda nos falta um amadurecimento na sociedade e na capacitação dos envolvidos na educação como um todo. Confirma isso GUIMARÃES (2002 P. 11) ao comentar que “A luta do século que se inicia é pelo direito de permanecer na escola, o direito de não ser excluído do processo educacional” ideia que é defendida também pela autora abaixo.

A inclusão, como os demais movimentos provocados por grupos que historicamente foram excluídos da escola e da cidadania plena, é uma denúncia ao que Hannah Arendt chamou de “abstrata nudez”, pois é inovação incompatível com a abstração das diferenças, para chegar a um sujeito universal. (MANTOAN, 2006.p. 17”)

A LDBEM (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Lei nº 9394/96 prescreve que a educação especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A escola deve ser o sair de casa todos os dias para todos os menores de idade, contudo isso não significa a exclusão do adulto, mas sim, sua livre vontade para escolha. A inclusão visa transformar a sociedade, a passos lentos, porém não impossível.

A inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes á diferenças de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo. (FIGUEIREDO, 2010.p.38)

Na inclusão todos aprendem conviver com o diferente, o professor amplia seu conhecimento e se força inovar sua metodologia. Nas salas de aula há trocas, cooperativismo, coleguismo. O direito a educação escolar não pode ser negado e é uma forma de ajudar a todos a lutar em por sua liberdade.

O Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci juntamente com a Secretaria Municipal de Educação oferece aos alunos de Educação Especial sala apropriada para essa modalidade, aos alunos com síndromes laudadas são auxiliados por monitores, alunos com dificuldade de aprendizagem são atendidos em salas multifuncionais.

Representa um avanço visto que nem todos os professores foram capacitados a esse trabalho. Por exclusão educacional entende-se qualquer pessoa que por desventura não frequenta uma escola, mas a maior exclusão de fato encontra-se no momento em se vê um aluno na escola com dificuldades de aprendizagem e nada é feito para que este saia dessa condição. Faz-se então necessário um trabalho que englobe fundo monetário de participação (essa é a parte do governo), o grande desejo de a escola refazer sempre seu projeto pedagógico de modo a poder flexibilizar o ensino e uma proposta que valorize o deficiente na sociedade.

Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais demanda uma mudança radical na gestão do sistema educacional de modo amplo, e de cada escola especificadamente, priorizando ações em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil aos programas para a formação de professores. Faz-se prioritária, também, adequação arquitetônica dos prédios escolares e organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações. (GLAT, 2007.P.38)

A educação é o caminho básico para uma vida em sociedade. A educação transmite a cultura e ao mesmo tempo amplia os horizontes e faz o jovem sonhar com a vida a qual participa, tem sua independência, tem conhecimento da sociedade e que vive e do mundo que o rodeia. Pra GUIMARÃES (2002.p.12) “educação pública não deve ter sua destinação determinada pelas necessidades do mercado.” E, por falar em mercado, o deficiente também tem conhecimento de suas limitações, mas pela educação sabe que pode superar muita delas. COOL (et al., 2004) é também uma das referências a nos informar que a educação especial passou por profundas transformações durante o século XX. O mundo da educação ampliou seu modo de pensar vendo a ideia de que todos somos iguais perante a lei. Essa é a base que permitiu os movimentos sociais irem mais longe exigindo escola para todos os deficientes. Contudo essa exigência não pode partir do apenas “nós queremos, nós exigimos”. A educação como um todo passou por uma intensa reflexão tanto no estudo de cada tipo de deficiência, como também ajuda na análise de como as escolas podem ajudar na inclusão dessas crianças ou adultos no mundo escolar e na vida em sociedade. Esse mesmo autor nos ensina que durante a primeira metade do século XX, acreditava-se que as deficiências eram puramente orgânicas, e isso os trouxe-nos duas consequências, uma é a necessidade de um diagnóstico preciso do transtorno, e a outra é a certeza de que tais alunos deveriam estar numa escola especial.

Acreditava-se que basta apenas inserir um aluno numa escola especial e o problema da inclusão estaria sendo resolvido. Sendo esse um pensamento equivocado

lembrando que isso se chama “integração” e não inclusão. MARCHESI (2004, p. 24) informa haver três tipos de integração assim sintetizados:

1. A integração física ocorre quando há classes de educação especial na escola regular, mas os alunos continuam de alguma forma, separados da escola embora possam compartilhar algumas dependências da mesma, como o pátio ou o refeitório.

2. A integração social ocorre na mesma forma que a integração física, porém, o que une os alunos regulares aos especiais são os jogos e as outras atividades extraescolares.

3. A integração funcional ocorre quando alunos especiais participam da dinâmica da escola e estudam nas classes comuns.

Contudo, isso ainda não é inclusão e esta totalmente acontece nos moldes dos seguintes conceitos. A inclusão, portanto, é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, a por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (SASSAKI, 1997, p. 41)

SASSAKI (1997) vê que inclusão não é apenas levar a criança ou jovem às escolas, mas que essa participação seja efetivamente da sociedade também. É, acima de tudo, viver com dignidade. Uma pessoa com necessidades especiais de educação também precisa que a sociedade seja educada, pois a vida depende de trocas, entendimento, respeito valores, etc.

Incluir é ensinar e aprender conforme se lê abaixo:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. (FERREIRA, 2005, p. 44)

A proposta da escola inclusiva vem, portanto, de uma data nem tão pouco recente um pouco mais de três décadas e, considerando a vastidão do país e seus enormes problemas típicos de um país em desenvolvimento, é natural haver ainda muito que fazer e aprender nessa área tem-se a história de lutas continua.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN 9394/96) ampara todos os brasileiros estabelecendo, no Art. 2º, que a educação é um direito da família na busca de pleno desenvolvimento para tal. Mas essa igualdade de condições nem

sempre foi para todos. A educação especial ressent-se de escolas com degraus para subir, (o modelo de estrutura dos prédios é sempre o mesmo, contendo as salas de aula no andar de cima) de falta de professores e equipamentos especiais. Os governos brasileiros sabem que devem cumprir as leis constitucionais, possibilitar também o cumprimento da Declaração de Salamanca, dotando as unidades escolares de recursos que ajudem os alunos a se desenvolverem.

O fator gerador monetário para que as escolas consigam cumprir seu papel na inclusão é o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Diretrizes da Educação Nacional) conforme resolução nº4/2009, artigo 8, do CEB (Conselho Nacional de Educação) que contabiliza em dobro as despesas escolares de um aluno com necessidades especiais.

Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB N°. 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular, público que tiveram matrícula concomitante no AEE.

a) O financiamento da matrícula no AEE é condicionando à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada;

b) Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;

c) Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;

d) Matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial publica;

e) Matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009 apud BRANDÃO,C 2010. p.6)

Essa resolução deixa clara a origem dos recursos monetários para que as escolas façam seu trabalho, e que o aluno especial deva ser matriculado se for preciso, em duas modalidades de recursos para o aprendizado como, por exemplo, classe comum e em centro de Atendimento Educacional, sempre sala comum em primeiro lugar e, daí, caso necessite, outra modalidade especial.

A escola deve ser o lugar no qual toda criança pode crescer com sabedoria. É ela, a escola, que proporciona um encontro com os amiguinhos, lá se faz mais amigos, (briga, também, por que não?); as brigas ajudam a se conhecer e a conhecer as diversidades. A escola deve dar conta de todos os alunos, fazer com que todos tenham vontade de frequentá-la. Os grandes desafios da educação, de acordo com GUIMARÃES, 2002.p.59-51, garantir a escolarização adequada aos alunos, principalmente aqueles que apresentam necessidades especiais, transformar a escola em um espaço democrático. Na parte legal, o desafio tende ser buscar coerência entre discurso e prática. Nas escolas, romper com a dicotomia da integração, que apenas recebe a criança, todavia não a inclui de verdade oferecendo professores de apoio e pedagogos competentes. A orientação em GUIMARÃES (2002), MANTOAN (2006).

GLAT (2007) entre outros, é que as escolas devem elaborar um projeto pedagógico que atenda a cada situação diferenciada, que promova a interação entre alunos, família e escola.

Não faz sentido, porém, as escolas seriadas, as provas, as avaliações escritas para todos os alunos visto que, por necessidades especiais entende-se também os cegos, os hiperativos, etc. E os desafios não param, e a escola inclusiva não põe barreiras no caminho de quem tem o direito de estar frequentando e, interagindo com o meio escolar e, sobretudo, aprendendo. Sobre esse assunto, mais uma vez cita-se:

A escola inclusiva oferece oportunidades de aprendizagem a todos. Não apenas as aprendizagens acadêmicas, mas aquelas que se referem à sensibilidade pela diversidade humana, à experiência com a riqueza da diferença e ao desenvolvimento do espírito de colaboração, aspectos tão significativos na construção de um sujeito. (GUIMARÃES, 2002.p.51).

A Convenção das Nações Unidas (2006) orienta sobre como deverão ser as escolas inclusivas. Teoricamente, basta que as escolas de ensino regular façam a matrícula da criança deficiente e a subsidie com professores competentes. Porém não é só isso. A escola precisa preparar esse aluno para enfrentar a vida, para se qualificar a fim que possa ser inserido na sociedade, quer dizer, as escolas precisam dar um passo muito grande para a inclusão.

Apesar de estar claro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- o amparo legal aos portadores de qualquer tipo de necessidades especiais, muito avanço ainda está por vir.

A necessidade da inclusão esta na LDBEN e na Declaração de Salamanca e Convenções, não são todas as escolas do Brasil que atendam a esse pedido. É que para cumprir essa Lei as escolas precisam de professores correr.

Em algumas regiões a Secretaria de Educação do Estado propõe um atendimento especial em uma escola polo, provando assim que não são todas as escolas providas de tudo o uma inclusão de verdade precisa para funcionar com a devida qualidade que todos merecem como complementa FIGUEIREDO (2010. p. 34).

Não basta garantir a acessibilidade, ou seja, é preciso criar as condições para que a escola se transforme em espaço verdadeiro de trocas que favoreçam o ato de ensinar e de aprender. Neste sentido, nosso país ainda tem um importante caminho a percorrer para assegurar educação a todos os jovens, crianças, adultos e adolescentes que integram o sistema público de ensino.

Transformar a escola é inová-la e buscar informações, concretizar o Projeto Político, é assegurar escola para todos e isso não quer dizer que “as matrículas estão abertas”, e sim dizer que as crianças na escola serão vistas pelas outras como um amigo, e serão aceitas naquela turma. Transformar a escola também é transpor mar a classe em um ambiente acolhedor. A escola precisa ser mais democrática, professores

e gestores e equipes diretivas devem trabalhar juntos, compartilhar projetos. (FIGUEIREDO, 2010.p.37) complementa:

Em uma escola que organiza as situações de aprendizagem considerando as diferenças, o ensino e os apoios ao ensino se integram para orquestrar a aprendizagem, garantindo a participação efetiva dos alunos em todo em todas as práticas educativas. Elas se embasam na implementação de um ensino que leve em conta as especificidades de cada sujeito e que faz apelo à cooperação em situação de aprendizagem.

Um planejamento participativo só dará bons resultados se realmente professores e toda a escola se engajarem. Esse tipo de trabalho visa a dar mais respostas eficazes em se tratando de contribuições que cada pessoa pode apresentar.

Com o objetivo de se organizar perante as exigências da Conferência de Jontien e da Declaração de Salamanca, o Brasil estabelece na Constituição Federal (1988) os artigos 205 (educação direito de todos), artigo 206, Inciso I, (igualdade de condições de acesso e permanência na escola) e no artigo 208, oferta de atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino.(Em 1990 é publicado o ECA (Estatuto de criança e do adolescente), que permeia entre muitas determinações a Lei 8069/90, em que os pais são obrigados a matricular seus filhos com necessidades educacionais). Sempre que haja necessidade, surgem novas leis e/ou Resoluções garantindo o amparo e a permanência de pessoas deficientes nas escolas. Visto ser um tema relativamente novo carecendo de amadurecimento.

Em 1999 surge o Decreto n 3.298 que define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Atualmente temos o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina as metas e diretrizes de educação para um período de dez anos (2014/2024). O importante é que esse Plano também é elaborado a nível estadual e municipal, permitindo que todos os envolvidos possam opinar e, nesse sentido, a educação de deficientes pode ganhar mais espaço.

A inclusão, de fato, norteia um Brasil para daqui a mais algumas décadas, visto ser nosso país uma escolha de trocas constantes de políticos governantes que não têm tratado esse tema conforme a abrangência que o problema possui.

Há muito trabalho ainda a ser feito, porém, os primeiros passos já foram dados, contudo muitas barreiras ainda existem:

- Saúde pública: a maioria dos brasileiros depende dela, que anda cada vez mais precária contendo poucos médicos especializados e nenhuma política preferencial.
- Área social: as verbas para essas áreas são as menores e o destino do pouco que chega às cidades tende a ficar estagnado, sem condições de resolver algum bom programa.

- Áreas de lazer, esporte e cultura praticamente não há projetos.
- Educação especial: às vezes, em alguns municípios, a escola especial é só mesmo um passeio para os alunos, pois não há estrutura alguma para funcionar como deve; as escolas comuns também não atendem como deveriam por falta de estrutura pedagógica. A realidade ainda é um desafio e não se deve esperar que milagres aconteçam, e a única forma de mudar é continuar lutando por uma inclusão em todas as áreas.

Independente de qualquer limitação, a criança deve freqüentar a escola e ter acesso a tudo que disponibilizado regularmente às outras crianças, outro principio dessa educação inclusiva é que toda pessoa é capaz de aprender, e que os princípios básicos do ensino e finalidade da educação são:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, etc.;
- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- Respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- Para trabalhar a inclusão em sala de aula devemos:
- Estabelecer critérios de inclusão;
- Desenvolver trabalhos coletivos;
- Determinar estratégias de cooperação;
- Realizar adaptações necessárias;
- Envolver a família;
- Apostar no uso da tecnologia;
- Criar atividades que envolvam todos os estudantes;
- Investir em acessibilidade.

Já na concepção de Educação Especial:

Ao descrever as Concepções de Educação Especial esta unidade prima pela Resolução 02/2001 do CNE que institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, conforme também orienta tal Resolução a instituição assegura os serviços de educação especial sempre que se evidencie a necessidade de atendimento especializado. Seguindo a linha teórica Histórico-cultural nessa modalidade de ensino, seus conceitos não diferem das outras modalidades.

Entendemos que o processo de adquirir conhecimento não é de origem somente biológica e sim, mediante as relações diversas a qual a criança está inserida. Todos aprendem através de signos e instrumentos que mediam esse processo. Cabe ao professor conhecer a realidade do aluno e atuar na zona de desenvolvimento proximal respeitando os limites da criança para o momento. Dentro dessa modalidade, Vygotsky afirma que "a própria deficiência cria mecanismos para compensar a deficiência". Sendo assim, cabe ao professor buscar meios e recursos para acessibilizar, ou seja, mediar esse processo de aprendizagem, pois todos podem aprender no seu tempo e na sua maneira.

6.5 - CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Nas palavras do educador Paulo Freire “não existe ensino sem aprendizagem”. Para ele e vários educadores contemporâneos, “educar alguém é um processo dialógico, um intercâmbio constante. Nessa relação de ensino-aprendizagem, educador e educando trocam de papéis o tempo inteiro: o educando aprende ao passo que ensina e o educador ensina e aprende com o outro”.

A ação educativa acontece na relação educador e educando, mas é permeada pelo desejo incessante que aguça a curiosidade, que traz a dinâmica de aprender com significado, em que o educador saiba o que vai ensinar e, portanto, estimula o aluno a perguntar, a conhecer. Para Paulo Freire, “o papel do professor e da professora é ajudar o aluno e a aluna a descobrirem que dentro das dificuldades há um momento de prazer, de alegria” (2003, p. 52). Ainda de acordo com Paulo Freire, “O educador ou educadora como um intelectual tem que intervir. Não pode ser um mero facilitador” (2003, p. 177).

Portanto é preciso ter o entendimento que o ensino-aprendizagem envolve um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística e se dá com o uso efetivo, respeitando os níveis pelos quais passam os sujeitos que aprende, deixando de ser um ato mecânico e sendo um ato ativo. Onde aquele que aprende reflete e age sobre a linguagem oral e escrita.

Nesta perspectiva, a relação de ensino-aprendizagem promove o diálogo entre o conteúdo curricular e os conteúdos únicos, compostos pelas vivências, histórias e individualidade de cada um que circula pelos territórios educativos, sejam estes dentro ou fora da escola.

O processo ensino-aprendizagem faz com que nosso educando entre em contato com as mais variadas práticas de uso da língua oral e escrita. Sendo de apelos

do mundo letrado para que se faça o domínio e uso da língua em situações significativas do cotidiano, reforçando assim a verdadeira condição para a sobrevivência e a conquista da cidadania.

6.6. CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO

Segundo a instrução normativa nº 02 DE 09 de Março de 2022, a qual orienta a aplicação das Avaliações Diagnósticas, Avaliações Bimestrais, de Recuperação, Avaliações Externas integrantes do Sistema de Avaliação Escolar Municipal, bem como o reforço e recuperação aos alunos rede municipal de Educação de Ibiporã e dá outras providências.

No ambiente educacional desta escola, a avaliação compreende três dimensões básicas:

- **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA;**

A avaliação institucional será realizada, por meio de procedimentos internos e externos, objetivando a análise, orientação e correção, quando for o caso, dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

A avaliação institucional interna desta unidade escolar consiste na aplicação de procedimentos de autoavaliação institucional e envolverá toda a comunidade escolar.

Os objetivos e procedimentos da autoavaliação institucional serão definidos pelo Conselho Escolar Municipal e serão amplamente divulgados entre os integrantes da comunidade escolar.

Da Avaliação Semestral de larga escala do Sistema Integrado – Máxi constitui-se numa avaliação censitária, de larga escala, a ser aplicada, nas turmas do 1º ao 5º ano, obrigatoriamente por todas as Unidades Educacionais que mantêm o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Ibiporã.

As questões que compõem a “Avaliação Semestral” serão pautadas nas Diretrizes da BNCC e Referencial Teórico do Paraná, onde atenderão à Matriz de referência para avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental e a seleção das questões serão realizadas de forma colaborativa entre a Equipe Pedagógica da S.M.E e o Sistema de Ensino adotado pela Secretaria de Educação, serão observados os padrões estabelecidos para avaliações.

A Unidade Educacional receberá cadernos de provas, correspondentes a todas as turmas incluídas no sistema de ensino de cada unidade escolar, em conformidade com o disposto no art. 14 desta normativa, havendo a reprodução de cadernos de provas ampliadas para alunos com baixa-visão, prova em Braille, prova adaptada para alunos surdos e em formato em Libras, que serão encaminhados para as Unidades Educacionais que possuam alunos com deficiência (surdez, cegueira, baixa-visão), cadastrados no Sistema de Ensino e confirmados pela S.M.E.

Caberá à S.M.E planejar e orientar as instituições de ensino quanto a execução das atividades de reforço e recuperação escolar, mediante avaliações diagnosticas aplicadas no retorno das aulas e bimestralmente. O sistema integrado de ensino adquirido pela S.M.E. dispõe de avaliação institucional para a gestão municipal, que servirá para acompanhamento dos resultados educacionais do município. Esse Sistema Integrado de Ensino deverá:

Sistematizar informações acerca do ensino oferecido pela rede e que traça o perfil da qualidade desse ensino, identificando as potencialidades e as possíveis fragilidades da gestão escolar em uma série histórica.

Sistematizar o acompanhamento da gestão educacional permitindo o acesso on-line aos indicadores, por meio de usuário e senha individuais.

Sistematizar o acompanhamento da gestão educacional possibilitando o levantamento de informações referentes ao município, por meio de dados disponíveis em sites oficiais, para composição do perfil da gestão municipal, os quais são atualizados ao menos duas vezes ao ano.

Sistematizar o acompanhamento da gestão educacional que apresenta um grupo de indicadores fornecendo subsídios para que o gestor tenha uma visão mais ampla do município com base na análise de questões referentes às características populacionais, sociais e econômicas.

- **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA;**

A avaliação institucional externa será realizada pelos diferentes níveis da Administração, de forma contínua e sistemática e em momentos específicos.

A síntese dos resultados das diferentes avaliações institucionais será consubstanciada em relatórios, a serem apreciados pelo Conselho Escolar Municipal e anexados ao Plano de Gestão Escolar, norteados os momentos de planejamento e replanejamento da escola.

- **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM;**

Segundo a instrução normativa nº 02 DE 09 de Março de 2022, na qual orienta que institui modelo de Sistema de Avaliação Diagnóstica e do Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Ibioporã, buscando o conhecimento da trajetória de aprendizagem e comportamento dos alunos, colaborando para a diminuição da desigualdade de aprendizado, do abandono e da evasão escolar.

7. PROPOSIÇÃO DE AÇÕES – METAS

PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

Diante do diagnóstico apresentado, definiram-se algumas metas com as respectivas ações a serem desenvolvidas no intuito de efetivar a transformação necessária na prática administrativa e pedagógica da Instituição. Espera-se que as metas e ações descritas, articuladas entre si, promovam a transformação do conjunto, de forma a representar o processo pela efetivação do Projeto Político Pedagógico que queremos.

- Conscientize os alunos
- Aplique o conteúdo na prática
- Dê feedbacks
- Deixe as aulas mais dinâmicas
- Um olhar constante.

7.1 ELEVAR O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES

Para elevar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes devemos definir competências a serem desenvolvidas.

Diante dessas concepções sobre a pessoa e os cenários contemporâneos, a escola junto com o município envidará todos os esforços para desenvolver nos estudantes a capacidade de:

- Investigar e resolver problemas de forma crítica em diferentes áreas do conhecimento;
- Conhecer a si mesmo, sua história e interar com o outro, bem como as diversas manifestações artísticas e culturais;
- Identificar a existência de valores humanos em suas ações e exercitá-las na vivência em sociedade;
- Ler com compreensão as diferentes linguagens do mundo em transformação;
- Ser autônomo, responsável, resiliente, ético, democrático;
- Utilizar as novas tecnologias para situar-se e compreender o mundo, usando as mesmas como ferramentas de realização pessoal e profissional;
- Argumentar com fundamentos;
- Transformar sua comunidade.

7.2 APRIMORAR A REDE DE COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÃO A TODA A COMUNIDADE ESCOLAR

A comunicação entre família e escola no processo de aprendizagem tem reflexos muito importantes, pois ela está diretamente relacionada ao desenvolvimento dos alunos.

Dessa forma, o espaço de aprendizagem não pode ser visto somente como a sala de aula tampouco a participação da família deve ocorrer de forma isolada em casa.

Para manter em bom diálogo entre escola e família o primeiro passo para incentivar a participação dos pais na vida escolar dos filhos é a escola estar sempre aberta para o diálogo, isso não significa apenas falar com os pais nas reuniões mensais, mas deixar claro que a família sempre pode contatar, quando quiser ou sentir necessidade, o contato pode ser por bilhete, telefone, presencial, email, etc, dessa forma, é necessário manter sempre os telefones de contato disponíveis, para que também a escola possa também sempre que necessário se comunicar com a família.

- Nossa rede de comunicação baseia-se em:
- Agenda, na qual ela vai e volta todos os dias;
- Whatsapp, para recados, privados e de grupos;

- Redes Sociais do Complexo Instagram e Facebook, para recados da comunidade em geral;
- Mural de avisos interno e externos;
- Reuniões bimestrais com as famílias.

7.3 REALIZAR UMA PRÁTICA EDUCATIVA FUNDAMENTADA NO DESENVOLVIMENTO DE VALORES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO HUMANA

Podemos reconhecer que a ação educativa é um processo regular desenvolvido em todas as sociedades humanas, que tem por objetivos preparar os indivíduos em crescimento (crianças e adolescentes) para assumirem papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência (trabalho), ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde a vida dos indivíduos se realiza. Ao redor desses aspectos se desdobra o conjunto das ações educativas a serem desempenhadas pelos sujeitos educadores, entre eles a escola.

O modo de aquisição e de distribuição desses conhecimentos e habilidades se constituiu em paradigma que organiza todos os processos educativos, e estabelece o grau de responsabilidade para sua implementação por parte do poder público ou da iniciativa privada, nos planos individuais e coletivos, particulares e universais. No interior desse paradigma, as ideias de Educação e de Educação Escolar se fundem e estabelecem limites conceituais sobre os quais se constroem os discursos reflexivos sobre os conteúdos da Educação, bem como sobre os objetivos e os meios das políticas educacionais.

Ao redor dessas relações acredita-se que a Educação é o caminho necessário para a formação do sujeito-cidadão. Por decorrência, a questão da cidadania se torna uma questão a ser considerada com primazia.

Educar não é somente isso. No segundo plano, educar compreende acionar os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação. Esta é uma das condições para que ele se construa como sujeito livre e independente daqueles que o estão gerando como ser humano. A Educação possibilita a cada indivíduo que adquira a capacidade de auto conduzir o seu próprio processo formativo.

Educação, entendida como o processo de formação humana, atua sobre os meios para a reprodução da vida e essa é sua dimensão mais visível e prática, bem

como coopera para estender a aptidão do homem para olhar, perceber e compreender as coisas, para se reconhecer na percepção do outro, constituir sua própria identidade, distinguir as semelhanças e diferenças entre si e o mundo das coisas, entre si e outros sujeitos. A Educação envolve todo esse instrumental de formas de percepção do mundo, de comunicação e de inter comunicação, de auto conhecimento, e de conhecimento das necessidades humanas. E propõe-se a prover as formas de superação dessas necessidades, sejam elas materiais ou psíquicas, de superação ou de reconhecimento de limites, de expansão do prazer e outras. Educar requer o preparo eficiente dos educandos para que se capacitem, intelectual e materialmente, para acionar, julgar e usufruir esse complexo de experiências com o mundo da vida. Esta é uma responsabilidade a ser atribuída ao Educador.

Que poderá desenvolver ações como:

1. Respeitar valores essenciais na relação humana, tais como: diversidade, ética, afetividade, seriedade, justiça, coerência, responsabilidade e solidariedade;
2. Incentivar a participação em atividades complementares culturais, esportivas, artísticas e intelectuais;
3. Promover atividades esportivas que visem desenvolver as práticas, que digam respeito as habilidades dos estudantes;
4. Propor trabalhos sociais voluntários;
5. Promover apresentações de peças teatrais para outros alunos estudantes da escola, promovendo a discussão acerca de alguns conceitos relativos a valores;
6. Promover palestras para as famílias e estudantes sobre valores, tópicos de cidadania e convivência humana;
7. Realizar trabalho de orientação pedagógica com as turmas;
8. Reiterar as práticas das relações interpessoais e o convívio em sociedade;
9. Comprometer-se com os princípios democráticos que norteiam a educação, de modo especial com a formação do cidadão e da cidadania;
10. Garantir a implementação do Projeto Político Pedagógico aprovado em assembleia pela comunidade escolar;

11. Promover a integração do estudante na estrutura física e humana da escola;

7.4 ORGANIZAR O TRABALHO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DA ESCOLA, DE FORMA A ESTABELECEM-SE ROTINAS CLARAS PARA TODOS OS SEGMENTOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE ESCOLAR

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

1. Elaborar novas propostas pedagógicas para melhorar sempre a prática escolar;

2. Garantir o atendimento da direção e equipe pedagógica, quando solicitada, por questões de indisciplina e rendimento dos estudantes;

3. Realizar periodicamente reuniões da direção e coordenação com professores e funcionários;

4. Incentivar a participação dos pais/responsáveis na escola;

5. Realizar reuniões com pais e professores e convocá-los quando se fizer necessário;

6. Decidir em Assembleia Geral as questões que envolvam a comunidade escolar, podendo ocorrer reuniões de pequenos grupos que levistem as estratégias para encaminhamento à apreciação do grande grupo;

7. Convocar pais de estudantes com dificuldades de aprendizagem, excesso de faltas e atrasos;

8. Dar abertura e transparência na comunicação das decisões da direção;

9. Orientar o preenchimento do Livro de Chamada (LRCOM) de acordo com a instrução normativa;

10. Encaminhar à Direção ou Equipe Pedagógica apenas as situações que não puderem ser resolvidas em sala de aula, ou seja, fazer análise rigorosa da necessidade e coerência do encaminhamento, mediante avaliação do estudante e da prática docente;

11. Apresentar retorno ao professor e comunicar aos pais quando o professor encaminhar o estudante para o setor da coordenação/direção por indisciplina;
12. Comunicar aos pais através de outros meios, caso os mesmos não comparecerem ao serem convocados como: Secretaria de Educação ou encaminhamento ao Conselho Tutelar (FICA), quando detectada negligência familiar;
13. Rever, sempre que necessário, a organização pedagógica das rotinas da sala de aula, bem como qualificar espaços pedagógicos;
14. Garantir a elaboração do Plano de Trabalho Docente;
15. Atualizar a Proposta Pedagógica deste Complexo Educacional sempre que necessário;
16. Desenvolver o trabalho propiciando o bom atendimento a todos fazendo o melhor uso dos recursos públicos;
17. Orientar as famílias sobre o Regimento Escolar na primeira semana de aula, com retomadas durante o ano letivo;
18. Planejar aulas com metodologia diversificada;
19. Estabelecer normas claras, mantendo a sua permanência, adequadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente;
20. Criar espaços alternativos ao ar livre, viabilizando práticas pedagógicas e culturais em locais diferentes da sala de aula, e com plano de trabalho docente adequado à situação;
21. Permitir que as experiências de todos os funcionários e educadores sejam compartilhadas para melhor orientação dos estudantes, quanto ao processo ensino aprendizagem;
22. Promover diálogos e ações permanentes quanto a organização e a manutenção da sala de aula;
23. Organizar a metodologia em função do tempo, do conteúdo e de modo que a mesma possibilite uma aprendizagem qualitativa;

24. Cumprir as regras referentes à entrada e saída dos alunos previstas no Regimento Escolar;

25. Registrar a frequência dos alunos no Livro Registro de Classe diariamente;

26. Seguir tabela de horários que está no Regimento Escolar.

7.5. QUALIFICAR A ORGANIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR E HUMANO.

Ações a serem desenvolvidas:

1. Realizar atividades voltadas à formação de valores éticos e estéticos e à conservação do patrimônio,

2. Fazer cumprir a norma que trata do ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público e de terceiros;

3. Manter funcionários responsáveis em cada corredor, garantindo a organização e conservação do espaço escolar;

4. Responsabilizar cada profissional na sua função, pelo seu trabalho;

5. Desenvolver trabalho educativo sobre noções de Patrimônio Cultural e Histórico e sobre a história da escola para todos os estudantes;

6. Manter quadro de funcionários em número adequado às necessidades e com qualificação nas áreas que apresentam demanda;

7. Realizar cursos de capacitação para os funcionários, nas suas diferentes funções;

8. Realizar a manutenção constante dos espaços como parques, e biblioteca;

9. Orientar os alunos sobre as normas de convivência em todas as dependências da escola;

10. Garantir a manutenção e conservação dos equipamentos eletrônicos.

A manutenção e conservação do patrimônio escolar são primordiais, uma instituição de ensino devidamente conservada, com instalações cuidadas e toda a

infraestruturar funcionando adequadamente são premissas fundamentais para que haja bons índices de satisfação e aprendizado. Não só isso, desta maneira, a escola passa a imagem de limpeza, zelo, organização. E uma real preocupação com a segurança e bem-estar de seus alunos e colaboradores que ali convivem.

Todo gestor deve qualificar o seu recurso humano para a organização do ambiente escolar, o gestor de escola pode contar com a ajuda da comunidade escolar para detectar pontos de melhora e prevenir problemas. Mas para isso, precisa estar a par de cada aspecto a ser levado em conta.

Para isso devemos levar alguns aspectos em conta como te uma atenção especial com os equipamentos, mobiliário e todos os matérias usados na escola. Para prevenir o desgaste, temos que planejar a conservação do patrimônio engajando toda a comunidade escolar na detecção de problemas, mas é garantia de uma boa gestão dos recursos humanos e materiais.

7.6 AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AO DESENVOLVIMENTO NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS TAREFAS ORGANIZATIVAS DOCENTES E DISCENTES.

- Ações a serem desenvolvidas
- Promover o acesso aos laboratórios de informática;
- Disponibilizar mais recursos tecnológicos e humanos para a produção de material audiovisual;
- Intensificar a oferta de formação continuada sobre a utilização de ferramentas da informática;
- Informatizar o registro de frequência, mediante utilização de planilhas eletrônicas;
- Manter o agendamento de visitas dos estudantes à Biblioteca;
- Manter uma estrutura de organização para o laboratório de informática, de modo que possam ser amplamente utilizados, atendendo a um agendamento prévio;
- Efetuar manutenção dos equipamentos;
- Disponibilizar mais computadores para professores e estudantes nas salas das coordenações, informática e sala de hora atividade;
- Informar os recursos, materiais e equipamentos existentes para que os professores possam se organizar em relação às novas tecnologias e utilizar nas salas de aula;

- Elaborar orientações para o uso adequado dos recursos disponíveis na escola;
- Incentivar a produção de material didático e o emprego de metodologias que explorem os recursos tecnológicos;

7.7 DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Reuniões com órgãos APM com escola com transparência, de forma democrática.

A democratização é um passo fundamental, pois significa que os educadores, profissionais, assim como pais e a comunidade que esta inserida a escola e outros cidadãos tenham o direito de estar bem informados e de ter participação critica na criação das políticas e programas escolares.

A democratização da educação passa pela construção de um novo projeto educacional que assegure a reflexão critica e liberdade de pensamento, sentimento e vontade, não apenas como retóricas, mas como praticas no ambiente escolar. A abordagem a partir da experiência de cada um deve ser salientada.

O Complexo Educacional Prefeito Alberto Spiaci procura fazer o compartilhamento de decisões e informações com toda a sua comunidade, com todos os segmentos. A nossa preocupação é com a qualidade da educação e com a relação custo-benefício, a transparência e fatores que são operacionalizadas por instancias colegiadas, tais como o conselho escolar APM, Comunidade Escolar.

8. REFERÊNCIAS

BORBA, R.E.S.R.; PESSOA, C.A.S; ROCHA, C.A.; ASSIS, A. **A formação de professores de anos iniciais do ensino fundamental para o ensino da combinatória.** Revista RPEM - Revista Paranaense de Educação Matemática Universidade Estadual do Paraná – Unespar Campo Mourão, v.3, n.4, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 9.394/1996. 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10/06/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 10/06/2020.

KAMII, Constance. **A criança e o número:** implicações da teoria de Piaget para atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

LOPES, C.A.E. **A probabilidade e a estatística no ensino fundamental:** uma análise curricular. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MOURA, M. O. Et al. **Atividade orientadora de ensino:** unidade entre ensino e aprendizagem. Revista Diálogo Educ, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 205 – 229, jan/abr. 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular Do Paraná:** Princípios, direitos e orientações. Curitiba:SEED – Paraná., 2019. – 4v

PARANÁ. Escola Municipal Alice Roma Bott Schmitt – Ensino Fundamental – Séries Iniciais. **Projeto Político Pedagógico.** 2009.

PARANÁ. **Regimento Escolar.** Escola Municipal Alice Roma Bott Schmitt – Ensino Fundamental – Séries Iniciais. 2009

PINTO, N. B. **O erro como estratégia didática. Estudo do erro no ensino da matemática elementar.** 2ª edição, Campinas, SP: Editora Papirus. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf>. Acesso em: 24 de março de 2022.

PARANÁ. Lei n. 4978, de 05 de dezembro de 1964. Estabelece o sistema estadual de ensino. **Diário Oficial do Estado do Paraná, nº. 242, de 26 de dezembro de 1964.** Disponível em:

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=12350&codItemAto=134377>. Acesso em: 28 de março. 2022.

PARANÁ. Deliberação 02/2016 - CEE/PR. Dispõe sobre as normas para modalidade de Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba (PR): CEE, 2016. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf. Acesso em: 13 de março de 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTE (PARANÁ). **Referencial Curricular do Paraná**, Curitiba, SEED-PR, 2019 -4 V.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria SEED 66 de 19 de fevereiro de 2018**. Publicado no Diário Oficial nº. 10135 de 23 de Fevereiro de 2022.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. In: **JUSTIÇA PELA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**. ABPM, Todos pela educação (org.). São Paulo: Saraiva, 2013. p. 55-103.
ANTONIO, Rosa Maria. **Teoria Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica: o desafio do método dialético na didática**. Maringá, 2008.

ANEXOS

ANEXO I – PLANO DE AÇÃO ELEMENTOS ESPECÍFICO

Dimensão	Frentes de atuação	Objetivos O que queremos alcançar?	Meta Qual resultado atingir?	Prazo Em quanto tempo?	Ações O que fazer para chegar aonde queremos?	Detalhamento das ações Como desenvolver essas ações?	Responsável Quem irá executar?
Redução de reprovação	Alunos faltosos	Redução do absenteísmo/ Reduzir a evasão escolar	100% de frequência, salvo casos amparados legalmente	Até o término do 1º semestre	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião de pais para orientação dos aspectos legais e burocráticos implicados em razão das faltas; - Fichas de evasão; - Termo de falta para realização de 2ª chamada de avaliação; - Busca ativa via Whatsapp e telefone; 	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamento de documentação de falta para os órgãos responsáveis (Secretaria de Educação, Conselho Tutelar); - Comunicação interna entre docentes e coordenação na segunda falta consecutiva e startando a busca ativa anterior a terceira falta. 	<p>Docentes e gestão escolar.</p> <p>OBS: o aluno não pode ter legalmente 3 faltas consecutivas, 5 alternadas ou 7 em 30 dias.</p>

	Defasagem de aprendizado	Melhorar os indicadores de aprendizagem dos alunos.	Melhorar os índices da escola junto as avaliações de larga escala (Prova Brasil, Prova Paraná e ANA)	Elevar os indicadores de desempenho da escola tendo como referência as avaliações aplicadas a partir de 2022, elevando o desempenho de um ano de aplicação para o outro.	Resgate pedagógica dos conteúdos; Recuperação paralela através das atividades desenvolvidas nas salas de apoio – contraturno;	- Chamamento das famílias para a orientação e conscientização da importância da adesão às estratégias oferecidas para suprir as defasagens e ampliar as potencialidades dos alunos.	Docentes e gestão escolar.
Redução de abandono	Melhorar o contato com os responsáveis	Conscientizar a importância dos alunos estarem frequentando a escola.	Maior frequência escolar.	A médio prazo.	Interação entre escola e família	Através de reuniões e palestras	Professor, direção e coordenação
	Acompanhamento dos alunos	Frequência escolar	Melhor aprendizado	A médio prazo	Desenvolver ações de conscientização, junto aos pais e responsáveis.	Através de palestras com os órgãos competentes.	Professor, direção e coordenação
Melhoria de aprendizagem de leitura, interpretação e escrita	Incentivo à leitura em todas as disciplinas	Despertar o gosto pela leitura	Desenvolver o interesse pela leitura, criatividade, imaginação, oralidade e comunicação.	A médio prazo	Através de contação de história, dramatizações, manuseios dos livros infantis.	Teatros com fantoches, musicalização, contação de histórias	Professor
	Interpretação de textos e imagens em todas as disciplinas	Melhorar o desempenho da leitura no aluno.	Buscar estratégias de incentivo à leitura.	A médio prazo	Hora da leitura em sala	Roda de conversas sobre a leitura e interpretação.	Professor

	Ações desenvolvidas em outros ambientes da escola	Despertar a interação com o ambiente escolar.	Conhecimento do espaço escolar, usando a leitura como mediador.	A médio prazo	Leituras de livros em áreas externas	Montar um espaço agradável para contação de histórias.	Professor
Melhoria da aprendizagem de resolução de problemas	Interpretação de dados e informações para resolução de problemas	Levar o aluno a pensar e refletir para tomar decisões assertivas	Buscar melhor reflexão nas resoluções de problemas	A médio prazo	Planejar Atividades de desafios	Elaborar um momento em aula para jogos e desafios para resolução de problemas	Professor
	Interpretações de dados em gráficos e tabelas	Levar o aluno a compreender o que é um gráfico e uma tabela e sua função.	Fazer com que o aluno construa gráficos e tabelas.	Médio Prazo	Levar o aluno construir e interpretar gráficos e tabelas.	Inserir construções de gráficos e tabelas no cotidiano de sala de aula.	Professor
	Cálculos e desenvolvimento de raciocínio lógico	Levar o aluno a aprendizagem de cálculos.	Buscar atividades e desafios cotidianos para que o aluno exercite o raciocínio lógico.	A médio prazo	Apresentar atividades que proporcione explorar cálculos no dia a dia do aluno.	Jogos de desafio na lousa, perguntas e respostas, etc.	Professor

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE EMITIDA PELO CONSELHO ESCOLAR DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº _____/_____/_____ emitida pelo Conselho Escolar da Instituição de Ensino: Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político-Pedagógico e ao Regimento Escolar

Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci apresenta o **Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite o presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do **Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar** da referida Instituição.

O presente **Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da Instrução Normativa nº 03/2022

É o que tinha a declarar

Ibiporã, ____/_____/2022.

Assinatura e carimbo (Presidente do Conselho Escolar da Instituição)

¹ A Declaração de Legalidade para as instituições públicas municipais deverá ser acompanhada pela Ata de Aprovação emitida pelo Conselho Escolar e Checklist.

ANEXO III

CHECKLIST² DO PPP

1. Identificação

NRE	Londrina
Município	Ibiporã
Instituição	Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci
Especificidade	() campo (x) urbana

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**”, conforme o que a instituição oferta.

	SIM	NÃO
Educação Infantil	x	
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	x	
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em Tempo Integral		x
Ed. Especial	x	
EJA		x

Etapa	Organização (ano ou ciclo)	Avaliação (bimestral, trimestral ou semestral)	Organização curricular (por disciplina ou área do conhecimento)
Educação Infantil	ANO	SEMESTRAL	ÁREA DO CONHECIMENTO
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	ANO	BIMESTRAL	POR DISCIPLINA
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em Tempo Integral	-	-	-
Educação Especial	SEM SERIAÇÃO	SEMESTRAL	ÁREA DO CONHECIMENTO
EJA	-	-	-

² Integra a Declaração de Legalidade emitida pelas instituições públicas municipais. Opcional para as Redes Privadas

2. Elementos Situacionais (diagnóstico)

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**” em relação aos itens que constam no **PPP**

	SIM	NÃO
A caracterização da escola	X	
O histórico da instituição	X	
A organização dos tempos, espaços e a gestão de sala de aula	X	
Descrição da população que frequenta a escola e da comunidade em que está inserida	X	
Indicadores educacionais observados nas avaliações externas (IDEB/SAEP/SAEB/Prova Paraná)		X
Dados do rendimento escolar de 2022		X
O mapa de frequência de 2022		X

3. Elementos conceituais

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**” em relação aos itens que constam no **PPP**.

	SIM	NÃO
Sujeito	X	
Sociedade	X	
Educação	X	
Processo ensino-aprendizagem	X	
Avaliação da aprendizagem	X	
Premissas da escola (item 2.2)	X	

4. Elementos Operacionais

Plano de ação

Marque com um **X** nos campos “**sim**” ou “**não**” em relação aos itens que constam no **PLANO DE AÇÃO**.

	SIM	NÃO
4.1.1 Elementos Específicos e detalhamento das ações:		
Objetivos	X	
Metas/prazo	X	
Responsáveis	X	
4.1.2 Elementos Comuns (exemplos):		
Acompanhamento da hora-atividade	X	
Articulação/comunicação e engajamento com as famílias e comunidade	X	
Organização do atendimento especializado para os estudantes com deficiências e altas habilidades	X	
Organização do conselho de classe (antes, durante e depois);	X	
Avaliação e recuperação de estudos	X	
Processos de classificação e reclassificação	X	
Estágio obrigatório e não obrigatório conforme Lei Federal 11788/08, Decreto Estadual nº 8654/2010, Instrução Normativa nº 28/2010 SUED/SEED.		X

Proposta Pedagógica Curricular

Marque com um **X** nos campos “sim” ou “não” para os itens presentes na organização curricular da **Educação Infantil**, caso oferte essa etapa da Educação Básica.

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campo de Experiência, Saberes e Conhecimento, Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento), correspondentes às idades das Crianças e BNCC.	X	
Estratégias de Ensino (Interações e Brincadeiras)	X	
Avaliação	X	
Referências	X	
Transição da Educação Infantil para o Ensino fundamental		X

Marque com um **X** nos campos **sim** ou **não** para os itens presentes em cada um dos Componentes Curriculares do **Ensino Fundamental**:

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná e BNCC	X	
Estratégias de ensino	X	
Avaliação	X	
Referências	X	
Transição do 5º para o 6º ano		X

Marque com um **X** nos campos sim ou não para os itens presentes em cada um dos itens abaixo:

	SIM	NÃO
Apresentação do regimento Escolar	X	
Declaração de Legalidade emitida pelo Conselho Escolar das Instituição (Anexo III)	X	

OBSERVAÇÕES E RESSALVAS:

--

ANEXO IV

PARECER DE LEGALIDADE EMITIDO PELO C.M.E - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIPORÃ-PR

PARECER Nº ____/____ - CME

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do **Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar**

Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci apresenta o **Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Municipal de Educação de Ibiporã emite o presente parecer que resulta da verificação da Declaração de Legalidade nº _____ emitida pelo **Conselho Escolar** da referida Instituição, situada no município de Ibiporã-PR e mantida pela Secretaria Municipal de Educação.

O presente **Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar** atendem os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da Instrução Normativa nº 03/2022 .

Este é o parecer.

Ibiporã, ____/____/2022.

Conselho Municipal de Educação de Ibiporã - PR

Assinatura e carimbo do Presidente do Conselho Municipal de Educação

* **Observação:** Entregar o parecer do Conselho Escolar (Anexo III), o Regimento Escolar e o PPP para a homologação.

ANEXO V

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DO REGIMENTO ESCOLAR EMITIDO PELA MANTENEDORA - CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 03/2022

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº ____/____

Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação, mantenedora do **Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci**, no uso das atribuições legais conferidas através da Instrução Normativa nº 03/2022 e Parecer de Legalidade nº _____.

HOMOLOGA

Art. 1º - O **Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar do Complexo Educacional Municipal Prefeito Alberto Spiaci** do município de Ibiporã, com a oferta de: Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º - O **Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar** homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2022, ficando revogado o Ato de Homologação nº _____ e disposições em contrário.

Ibiporã, ____/____/2022.

Antonio Prata Neto
Secretário Municipal de Educação

